

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>ABI divulga manifesto contra censura</i></p> <p>A Associação Brasileira de Imprensa divulgou ontem um manifesto, em comemoração ao Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, pela "plena liberdade de opinião, de crítica e de informação", na imprensa, no rádio e na televisão. O documento foi assinado por 2.557 profissionais de todo o País.</p> <p>Os signatários do memorial, que será encaminhado ao Congresso e aos líderes dos dois partidos, declaram-se "conscientes dos deveres e responsabilidade social" da profissão e se manifestam pelo "debate aberto e democrático" como solução para a crise política, econômica e social do País.</p> <p><i>FOLHA S. PAULO - 08-06-77</i></p> <p><i>Nota A B.I.</i></p> <p><i>67</i></p>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

ABI divulga manifesto

ESTI
PR-
08-06-77

RIO (AE — O ESTADO) — Um manifesto de milhares de jornalistas contra a “violência de uma censura que cerceia e mutila jornais e revistas”, que é total no rádio e na televisão “e que se exerce até mesmo nas escolas de comunicação”, foi divulgado ontem à noite pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), durante o ato público pelo Dia da Liberdade de Imprensa. A data foi instituída pela Sociedade Interamericana de Imprensa no Continente.

O documento, que será encaminhado ao Congresso Nacional e aos líderes do MDB e Arena, em data a ser estabelecida, já conta com mais de duas mil assinaturas de jornalistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Brasília, Porto Alegre, Florianópolis e Vitória. Na maior manifestação coletiva contra a censura da história da imprensa brasileira, os signatários declaram-se “conscientes dos deveres e responsabilidade social” da profissão e se manifestam pelo “debate aberto e democrático” como caminho para solução da crise econômica, social e política do País.

No mesmo ato público, a ABI empossou sua Comissão de Liberdade de Imprensa, presidida por Prudente de Moraes Neto, e integrada por Raul Floriano, Benjamin de Moraes Filho, José Gomes Galarico, Renato Jobim, André A. Mota Lima, Maurício Azedo, José Clheiros Bonfim, Alberto Dines, Gentil Noronha e Odilo Cost Filho.

É a seguinte a íntegra do manifesto que está sendo assinado pelos jornalistas de todo o País:

“Nós jornalistas brasileiros, abaixo assinados, conscientes dos deveres e da responsabilidade social de nossa profissão e diante da crise econômica, social e política do País, manifestamos publicamente nossa posição favorável ao debate aberto e democrático

como caminho para sua solução e, por conseguinte, nosso inconformismo com a permanência da censura prévia - parcial na imprensa, mas total no rádio e na televisão - e de outras restrições e ameaças à liberdade de informação.

“A plena liberdade de opinião, de crítica e de informação é um direito que nos é negado - e a toda a nação - pela violência de uma censura que cerceia e mutila jornais e revistas, que já destruiu várias publicações e está de tal forma institucionalizada que se exerce até mesmo nas escolas de comunicação.

Pela omissão deliberada de informações por parte de autoridades e órgãos oficiais.

Pelo impedimento do acesso do jornalista às fontes de informações, como forma não declarada de censura;

Pela ameaça constante que o Ato Institucional N.º 5 representa para as publicações sem censura prévia;

Pelo estímulo que toda esta situação representa às mais variadas formas de autocensura; Pela sonogação sistemática do conhecimento da realidade brasileira a milhões de pessoas que têm, como única fonte de informação, um rádio e uma televisão sujeitos a uma censura ainda mais rigorosa.

“O AI-5, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e o Código Brasileiro de Telecomunicações - aos quais somam o arbitrio e a prepotência da autoridade - fornecem os instrumentos para a manutenção desse quadro sombrio de violação do direito de expressão e do direito à informação.”

“Consideramos que esse quadro, além de impedir o pleno exercício de nossa profissão, que tem a liberdade como pressuposto básico, só pode contribuir para manter a população brasileira na ignorância dos problemas nacionais e, portanto, impedida de participar conscientemente da busca de soluções.

“Temos plena convicção de que só um regime de liberdades democráticas, no qual a imprensa, o rádio e a televisão sejam livres para veicular, refletir e debater opiniões, críticas, divergências e contradições, poderá devolver a população o direito de manifestação.

Da mesma forma, a liberdade de informação contribuirá para garantir o pleno respeito aos direitos humanos.

Fielis a essas convicções, nós jornalistas, manifestamos nossa disposição de lutar contra a censura e todas as formas de restrição à liberdade de expressão e de informação; e firmamos nossa posição, contrária a manutenção dos atos de exceção que impedem o livre exercício da nossa profissão e, com isso, sufocam o debate e a participação consciente da população.

“Ao mesmo tempo, encaminhamos esta nossa manifestação ao Congresso Nacional, pelos presidentes do Senado e da Câmara e pelos líderes dos dois partidos - por ser a instituição que reúne os representantes eleitos pela população e cujas tribunas devem refletir as opiniões de todas as camadas da sociedade brasileira.

“Estamos certos de que as limitações que sofremos hoje tornam um dever - profissional e patriótico - lutar para eliminá-las, em defesa das liberdades democráticas”.

Entre os jornalistas que assinaram o manifesto no Rio de Janeiro estão além dos membros da Comissão de Liberdade de Imprensa, Paulo Mota Lima, Miguel Costa Filho, Thereza César Alvim, Victor Cavagnari Filho, Salvyano Cavalcanti de Paiva, Augusto Falcão Rodrigues, Paulo Penna, Iram Prejat, Alonso Gentil Branco, Sérgio Noronha, Aluizio Flores, Paulo Totti, Ely Moreira, Zuenir Ventura, Aluizio Maranhão, Marcos de Castro, Jose Falcão, Hentil.

68

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<h3 style="text-align: center;">ABI lança manifesto no Dia da Liberdade</h3> <p>EE-GP) — Um manifesto de milhares de jornalistas contra a "violência de uma censura que cerceia e mutila jornais e revistas", que é total no rádio e na televisão "e que se exerce até mesmo nas escolas de comunicação", foi divulgado ontem à noite pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), durante o ato público pelo Dia da Liberdade de Imprensa. A data foi instituída pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SII) para estimular esforços em favor da liberdade de imprensa no continente.</p> <p>O documento, que será encaminhado ao Congresso Nacional e aos líderes do MDB e Arena, em data a ser estabelecida, já conta com inúmeras assinaturas de jornalistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Brasília, Porto Alegre, Florianópolis e Vitória. Na maior manifestação coletiva contra a censura da história da imprensa brasileira, os signatários declaram-se "conscientes dos deveres e responsabilidade social" da profissão e se manifestam pelo "debate aberto e democrático" como caminho para solução da crise econômica, social e política do país.</p> <p>No mesmo ato público, a ABI empossou sua Comissão de Liberdade de Imprensa, presidida por Prudente de Moraes Neto, e integrada por Raul Floriano, Benjamin de Moraes Filho, José Gomes Galarico, Renato Jobim, André A. Mota Lima, Maurício Azedo, José Celheiros Bonfim, Alberto Dines, Gentil Noronha e Odilo Costa Filho.</p> <h4 style="text-align: center;">INTEGRA</h4> <p>É a seguinte a íntegra do manifesto que está sendo assinado pelos jornalistas de todo o país:</p> <p>"Nós jornalistas brasileiros, abaixo assinados, conscientes dos deveres e da responsabilidade social de nossa profissão e diante da crise econômica, social e política do país, manifestamos publicamente nossa posição favorável ao debate aberto e democrático como caminho para sua solução e, por conseguinte, nosso inconformismo com a permanência da censura prévia — parcial na imprensa, mas total no rádio e na televisão — e de outras restrições e ameaças à liberdade de informação.</p> <p>"A plena liberdade de opinião, de crítica e de informação é um direito que nos é negado — e toda a Nação — pela violência de uma censura que cerceia e mutila jornais e revistas, que já destruiu várias publicações e esta de tal forma institucionalizada que se exerce até mesmo nas escolas de comunicação.</p> <p>Pela omissão deliberada de informações por parte de autoridades e órgãos oficiais;</p> <p>Pelo impedimento do acesso do jornalista às fontes de informações, como forma não declarada de censura;</p> <p>Pela ameaça constante que o Ato Institucional n.º 5 representa para as publicações sem censura prévia;</p> <p>Pelo estímulo que toda esta situação representa às mais variadas formas de auto-censura;</p> <p>Pela sonegação sistemática do conhecimento da realidade brasileira a milhões de pessoas que tem, como única fonte de informação, um rádio e uma televisão sujeitos a uma censura ainda mais rigorosa".</p> <h4 style="text-align: center;">LEI DE IMPRENSA</h4> <p>"O A.I.S., a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e o Código Brasileiro de Telecomunicações — aos quais se somam o arbítrio e a prepotência da autoridade — fornecem os instrumentos para a manutenção desse quadro sombrio de violação do direito de expressão e do direito à informação.</p> <p>"Consideramos que esse quadro, além de impedir o pleno exercício de nossa profissão, que tem a liberdade como pressuposto básico, só pode contribuir para manter a população brasileira na ignorância dos problemas nacionais e, portanto, impedida de participar conscientemente da busca de soluções.</p> <p>"Temos plena convicção de que só um regime de liberdades democráticas, no qual a imprensa, o rádio e a televisão sejam livres para veicular, refletir e debater opiniões, críticas, divergências e contradições, poderá devolver à população o direito de manifestação.</p> <p>Da mesma forma, a liberdade de informação contribuirá para garantir o pleno respeito aos direitos humanos.</p> <p>Fielis a essas convicções, nós jornalistas, manifestamos nossa disposição de lutar contra a censura e todas as formas de restrição a liberdade de expressão e de informação; e firmamos nossa posição, contrária a manutenção dos atos de exceção que impedem o livre exercício da nossa profissão e, com isso, sufocam o debate e a participação consciente da população".</p> <h4 style="text-align: center;">MANIFESTAÇÃO</h4> <p>"Ao mesmo tempo, encaminhamos esta nossa manifestação ao Congresso Nacional, pelos presidentes do Senado e da Câmara e pelos líderes dos dois partidos — por ser a instituição que reúne os representantes eleitos pela população e cujas tribunas devem refletir as opiniões de todas as camadas da sociedade brasileira.</p> <p>"Estamos certos de que as limitações que sofremos hoje tornam um dever — profissional e patriótico — lutar para eliminá-las, em disciplinar liberdades democráticas".</p> <p>Entre os jornalistas que assinaram o manifesto no Rio de Janeiro estão além dos membros da Comissão de Liberdade de Imprensa, Paulo Mota Lima, Miguel Costa Filho, Thereza Cesário Alvim, Victor Cavagnari Filho, Salvyano Cavalcanti de Paiva, Augusto Falcão Rodrigues, Paulo Penna, Iram Prejat, Aloisio Gentil Branco, Sergio Noronha, Aluizio Flores, Paulo Toffi, Ely Moreira, Zuenir Ventura, Aluizio Maranhão, Marcos de Castro, José Falcão, Henfil.</p>

CAM 2474 DO Povo - 08-06-79

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
<p><i>17-11-77</i> <i>GGP</i> <i>Costa</i> <i>ABI</i></p>		<h3 style="text-align: center;">ABI divulgou o manifesto dos jornalistas</h3> <p style="text-align: right;"><i>FOLHA CONSERVADORA 08-06-77</i></p> <p>RIO — Um manifesto de milhares de jornalistas contra a "violência de uma censura que cerceia e mutila jornais e revistas" que é total no rádio e na televisão "e que se exerce até mesmo nas escolas de comunicação" foi divulgado ontem à noite pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), durante o ato público pelo Dia da Liberdade de Imprensa. A data foi instituída pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIIPI) para estimular esforços em favor da liberdade de imprensa no continente.</p> <p>O documento, que será encaminhado ao Congresso Nacional e aos líderes do MDB e Arena, em data a ser estabelecida, já conta com mais de duas mil assinaturas de jornalistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Curitiba, Londrina, Belo Horizonte, Recife, Brasília, Porto Alegre, Florianópolis e Vitória. Na maior manifestação coletiva contra a censura da história da imprensa brasileira, os signatários declaram-se "conscientes dos deveres e responsabilidade social" da profissão e se manifestam pelo "debate aberto e democrático" como caminho para solução da crise econômica, social e política do país.</p> <p>No mesmo ato público, a ABI empossou sua Comissão de Liberdades de Imprensa, presidida por Prudente de Moraes Neto, e integrada por <u>Raul Floriano, Benjamim de Moraes Filho, José Gomes Galarico, Renato Jobim, André A. Mota Lima, Maurício Azevedo, José Clheiros Bonfim, Alberto Dines, Gentil Noronha e Odilo Costa Filho.</u></p> <p>É a seguinte a íntegra do manifesto que está sendo assinado pelos jornalistas de todo o País:</p> <p>"Nós jornalistas brasileiros, abaixo assinados, conscientes dos deveres e da responsabilidade social de nossa profissão e diante da crise econômica, social e política do país, manifestamos publicamente nossa posição favorável ao debate aberto e democrático como caminho para sua solução e, por conseguinte, nosso inconformismo com a permanência da censura prévia — parcial na imprensa, mas total no rádio e na televisão — e de outras restrições e ameaças à liberdade de informação.</p> <p>"A plena liberdade de opinião, de crítica e de informação é um direito que nos é negado — e a toda nação — pela violência de uma censura que cerceia e mutila jornais e revistas, que já destruiu várias publicações e está de tal forma institucionalizada que se exerce até mesmo nas escolas de comunicação;</p> <p>Pela omissão deliberada de informações por parte de autoridades e órgãos oficiais;</p> <p>Pelo impedimento do acesso do jornalista às fontes de informações, como forma não declarada de censura;</p> <p>Pela ameaça constante que o Ato Institucional nº 5 representa para as publicações sem censura prévia;</p> <p>Pelo estímulo que toda esta situação representa às mais variadas formas de auto-censura;</p> <p>Pela sonegação sistemática do conhecimento da realidade brasileira a milhões de pessoas que tem, como única fonte de informação, um rádio e uma televisão sujeitos a uma censura ainda mais rigorosa.</p> <p>"O AI-5, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e o Código Brasileiro de Telecomunicações — aos quais se somam o arbítrio e a prepotência da autoridade — fornecem os instrumentos para a manutenção desse quadro sombrio de violação do direito de expressão e do direito à informação.</p> <p>"Consideramos que esse quadro, além de impedir o pleno exercício de nossa profissão, que tem a liberdade como pressuposto básico, só pode contribuir para manter a população brasileira na ignorância dos problemas nacionais e, portanto, impedida de participar conscientemente da busca de soluções.</p> <p>"Temos plena convicção de que só um regime de liberdades democráticas, no qual a imprensa, o rádio e a televisão sejam livres para veicular, refletir e debater opiniões, críticas, divergências e contradições, poderá devolver à população o direito de manifestação.</p> <p>Da mesma forma, a liberdade de informação contribuirá para garantir o pleno respeito aos Direitos Humanos.</p> <p>Fieis a essas convicções, nós jornalistas manifestamos nossa disposição de lutar contra a censura e todas as formas de restrição a liberdade de expressão e de informação; e firmamos nossa posição, contrária a manutenção dos atos de exceção que impedem o livre exercício da nossa profissão e, com isso, sufocam o debate e a participação consciente da população.</p> <p>"Ao mesmo tempo, encaminhamos esta nossa manifestação ao Congresso Nacional, pelos presidentes do Senado e da Câmara e pelos líderes dos dois partidos — por ser a instituição que reúne os representantes eleitos pela população e cujas tribunas devem refletir as opiniões de todas as camadas da sociedade brasileira.</p> <p>"Estamos certos de que as limitações que sofremos hoje tornam um dever — profissional e patriótico — lutar para eliminá-las, em defesa das liberdades democráticas."</p> <p>Entre os jornalistas que assinaram o manifesto no Rio de Janeiro estão, além dos membros da Comissão de Liberdade de Imprensa, <u>Paulo Mota Lima, Miguel Costa Filho, Thereza Cesario Alvim, Victor Cavagnari Filho, Salvyano Cavalcanti de Paiva, Augusto Falcão Rodrigues, Paulo Penna, Iram Prejat, Aloisio Gentil Branco, Sérgio Noronha, Aluizio Flores, Paulo Totti, Ely Mofeira, Zuenir Ventura, Aluizio Maranhão, Marcos de Castro, José Falcão, Henfil.</u></p>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Não há liberdade com AI-5, diz ABI</p> <p><i>Tribuna do Paraná - 10/06/78</i></p> <p>RIO — O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, pronunciando-se sobre a total extinção da censura prévia aos jornais, disseram que o governo completou as medidas de liberalização.</p> <p>Frisou, porém, que, enquanto continuar o AI-5, não haverá garantia para a liberdade de imprensa. Referindo-se aos três jornais sobre os quais o governo ainda mantinha a censura prévia "Tribuna da Imprensa", "Movimento" e "O São Paulo", disse o presidente da ABI:</p> <p>"Naturalmente que era uma medida que estava tardando, uma vez que o próprio governo tinha levantado a censura prévia em jornais de maior circulação. Era uma medida discriminatória e eu entendo que uma medida discriminatória é pior que a própria censura, porque além da restrição à liberdade de imprensa, tem a injustiça da discriminação".</p> <p style="text-align: right;"><i>Lista A.B.I</i></p> <p style="text-align: right;"><i>FI</i></p>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>PRESIDENTE DA ABI:</p> <p>COM O AI-5 NÃO HÁ GARANTIAS</p> <p>RIO — O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, pronunciando-se sobre a total extinção da censura prévia aos jornais, disse que o Governo completou as medidas de liberalização.</p> <p>Frisou, porém, que, enquanto continuar o AI-5, não haverá garantia para a liberdade de imprensa. Referindo-se aos três jornais sobre os quais o Governo ainda mantinha a censura prévia — "Tribuna da Imprensa", "Movimento" e "O São Paulo" — disse o presidente da ABI:</p> <p>"Naturalmente que era uma medida que estava tardando, uma vez que o próprio Governo tinha levantado a censura prévia em jornais de maior circulação. Era uma medida discriminatória e eu entendo que uma medida discriminatória é pior do que a própria censura, porque, além da restrição à liberdade de imprensa, tem a injustiça da discriminação".</p> <p>A direção do jornal "Movimento", segundo a informação da sucursal no Rio, anunciou que o número desta semana sairá com 32 páginas, contendo um balanço em dez páginas sobre os anos de censura a que o jornal esteve submetido. A matéria analisará todos os prejuízos e se juntará às outras que foram vetadas durante os anos de censura prévia.</p> <p><i>Felha de Loudi no 10/06/28</i></p> <p><i>Pastor A.B.I</i></p> <p><i>F2</i></p>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Medida deve ser ampliada, pedem os jornalistas</p> <p><i>10/06/78</i></p> <p>RIO (Sucursal) — A Associação Brasileira de Imprensa — ABI — manifestou ontem a esperança de que “o processo de redemocratização suprima integralmente todas as formas de censura e avance no caminho do respeito às liberdades públicas, que incluem todas as conquistas democráticas, na realização do Estado de Direito”.</p> <p>Classificando a suspensão da censura prévia à “Tribuna da Imprensa”, “Movimento” e “O São Paulo” como “mais uma vitória do sentimento democrático da Nação”, a ABI assinalou que a decisão “atende apenas em parte às reivindicações dos jornalistas brasileiros, pois ainda permanece a censura às estações de rádio e televisão e a outras publicações cuja linha editorial se enquadra na faixa de controle oficial sobre a moral e os bons costumes”.</p> <p>Em nota oficial, a ABI expressou que “a censura deve ser totalmente abolida, observando-se a responsabilidade dos editores e jornalistas em face do direito comum, que obriga todos os cidadãos, indiscriminadamente”.</p> <p>A entidade também dirigiu uma carta ao presidente Geisel, congratulando-se com o fim da censura prévia aos jornais, medida que, no seu entender, “significa o reconhecimento, pelo governo de V. Excia., de liberdades democráticas pleiteadas por todo o povo brasileiro e que valem como ponto de partida para a total restauração do Estado de Direito em nosso país”.</p> <p style="text-align: center;">LIBERDADE DE IMPRENSA</p> <p>O presidente da entidade, Barbosa Lima Sobrinho, enfatizou a expectativa, da ABI ao comentar a decisão do governo. Disse ele: “Acreditamos que outras manifestações de censura (ao rádio, TV, livros, revistas, teatro e letras de músicas) irão também desaparecer, uma vez que a liberdade de imprensa sempre foi o caminho certo para a conquista da democracia, com um governo que emana do povo e se exerce no seu interesse e em sua defesa”.</p> <p>Barbosa Lima Sobrinho manifestou também sua esperança em que o AI-5 seja revogado, “porque ele é quem dá cobertura à censura prévia aos veículos de comunicação, e lembrou que a luta da entidade contra a censura é antiga, tomando parte em todas as batalhas que se travam a esse respeito”.</p> <p style="text-align: center;">ESTOU CONTENTE</p> <p>O cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio de Araújo Sales, não recebeu a imprensa para comentar a decisão do governo, mas através de seu assessor Adionel Cunha, informou que ficou muito feliz com a suspensão da censura prévia a “O São Paulo”, “Movimento”, e “Tribuna da Imprensa”.</p> <p style="text-align: right;"><i>Força A.B.I.</i></p> <p style="text-align: right;"><i>83</i></p>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Correio de Notícias</i> Liberdade de Imprensa 10/06/78</p> <p>O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, pronunciando-se sobre a total extinção da censura prévia aos jornais, disseram que o Governo completou as medidas de liberalização. Frisou, porém, que, enquanto continuar o AI-5, não haverá garantia para a liberdade de imprensa. Referindo-se aos três jornais sobre os quais o Governo ainda mantinha a censura prévia "Tribuna da Imprensa", "Movimento" e "O São Paulo", disse o presidente da ABI - "Naturalmente que era uma medida que estava tardando, uma vez que o próprio Governo tinha levantado a censura prévia em jornais de maior circulação. Era uma medida discriminatória e eu entendo que uma medida discriminatória é pior do que a própria censura, porque além da restrição à liberdade de imprensa, tem a injustiça da discriminação".</p> <p><i>Posto A.B.I.</i></p> <p><i>74</i></p>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Federação destaca a importância da medida</p> <p><i>Jornal do Brasil - 10/06/78</i></p> <p>Curitiba. — O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Sr. Ayrton Luiz Baptista, congratulou-se ontem com o Presidente Geisel, através de um telegrama, pela suspensão da censura prévia aos jornais <i>Tribuna da Imprensa</i>, <i>O São Paulo</i> e <i>Movimento</i>. Frisou que o ato "tem alta significação para o aprimoramento democrático das instituições brasileiras".</p> <p>O Sr. Ayrton Luiz Baptista telegrafou também para os profissionais dos três jornais, congratulando-se pelo levantamento da censura prévia. O telegrama endereçado ao General Ernesto Geisel é o seguinte:</p> <p>"A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais manifesta aplauso ao ato do Governo de Vossa Excelência determinando o levantamento da censura prévia aos jornais <i>Tribuna da Imprensa</i>, <i>O São Paulo</i> e <i>Movimento</i>. Tal ato, senhor Presidente, tem alta significação para o aprimoramento democrático das instituições brasileiras e vem ao encontro de permanentes manifestações da classe dos jornalistas profissionais, conforme é do conhecimento de Vossa Excelência através de documentos que pessoalmente lhe foi entregue no dia 8 de novembro de 1977.</p> <p>A par dos cumprimentos que entendemos de justiça prestar, renovamos a certeza de que determinará Vossa Excelência aos Ministérios do Trabalho, da Educação e Cultura e da Justiça, o atendimento a outras reivindicações de nosso memorial. Respeitosas saudações".</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta A.B.J.</i> <i>75</i></p>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Comissão da ABI examinará projeto</p> <p style="text-align: center;"><i>O Estado de São Paulo - 29/06/38</i></p> <p style="text-align: center;">Da sucursal do RIO</p> <p>A Associação Brasileira de Imprensa — ABI — divulgou uma nota ontem revelando que irá formar uma comissão para elaborar um documento com o ponto de vista da entidade sobre as reformas políticas do governo.</p> <p>É a seguinte a nota da ABI:</p> <p>“A Associação Brasileira de Imprensa decidiu fixar posição em relação ao projeto de reformas constitucionais submetido pelo governo federal ao Congresso Nacional, de acordo com resolução do seu Conselho Administrativo, que aprovou por unanimidade proposta da diretoria da entidade, apresentada pelo presidente, Barbosa Lima Sobrinho.</p> <p>“O pronunciamento da ABI será fundamentado nos estudos de uma comissão, a ser formada pelo presidente da entidade, e que terá a incumbência de examinar as mudanças propostas pelo governo, visando a restabelecer o primado do Estado de Direito, com a extinção dos atos institucionais.”</p> <p>A ABI foi uma das entidades consultadas pelo senador Petrónio Portella, quando de sua missão em saber a opinião dos órgãos representativos do País em relação às reformas constitucionais visando a restaurar o Estado de Direito, segundo lembrou Barbosa Lima Sobrinho aos membros do Conselho Administrativo da ABI.</p> <p>O trabalho da comissão da ABI que estudará as propostas do governo tomará por base o documento da ABI encaminhado ao senador Petrónio Portella, e que relacionou as reivindicações da entidade quanto à liberdade de imprensa, ao revigoração das franquias democráticas e ao respeito à incolumidade dos cidadãos.</p> <p>Por proposta do historiador Hélio Silva, presidente do Conselho Administrativo da ABI, este órgão decidiu, por unanimidade, delegar poderes ao presidente da entidade, Barbosa Lima Sobrinho, para constituir a comissão responsável pela elaboração do documento, que expressará os pontos de vista da ABI sobre o projeto de reformas constitucionais.”</p> <p style="text-align: right;"><i>Portella A. B. J.</i></p>

76



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Folha de S. Paulo
Jornalistas realizam
9-8-78
congresso nacional

MACEIO (Do Correspondente) — O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas, Freitas Neto, anunciou ontem que mais de duzentos jornalistas de todo o País deverão estar presentes no 17.º Congresso Nacional dos jornalistas Profissionais, que será aberto hoje, às 21 horas, no Teatro Deodoro, nesta capital, e tem encerramento previsto para o dia 12.

O temário do congresso inclui discussões sobre liberdade e autonomia sindical, liberdade de imprensa e direito à informação, questões salariais e assistenciais, bem como a unificação dos estatutos dos sindicatos e o Código de Ética da profissão.

Durante o congresso será elaborado um documento, a "Carta de Maceió", que deverá ser lido no encerramento, na instalação de um painel sobre liberdade de imprensa, que contará com a participação dos jornalistas Audálio Dantas, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo e candidato a deputado federal pelo MDB-SP, Clóvis Rossi, da revista "Isto é", Carlos Chagas, do "Estado de São Paulo", e Raimundo Pereira, do "Movimento".

*Posta
P.B.I.*

77

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Folha da Manhã</i> Encontro de jornalistas em Manaus <i>26/08/77</i></p> <p>As prisões de jornalistas durante as manifestações estudantis em São Paulo continuam repercutindo entre as delegações dos sindicatos de jornalistas que iniciam hoje em Manaus a fase de debates da XI Conferência Nacional dos Jornalistas, embora não exista ainda um consenso para a tomada de uma posição a respeito dos últimos acontecimentos, o que poderá acontecer com uma moção de protesto.</p> <p>Cinco pontos principais estarão em debate a partir de hoje: salário profissional para a classe; exercício da profissão ou seja a necessidade de fiscalização, mercado de trabalho; quanto à formação profissional, a redefinição dos cursos de Comunicação Social, melhoria dos currículos; a atuação da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, quanto ao fortalecimento sindical, ação da Federação, liberdade sindical e a liberdade de imprensa.</p> <p><i>Pasta ABI</i></p> <p><i>78</i></p>



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

FOLHA DE S. PAULO

02/09/78

ABI propõe anistia e critica as salvaguardas

RIO (Sucursal) — A Associação Brasileira de Imprensa enviou ontem ao Congresso Nacional as considerações da entidade ao projeto governamental de reformas políticas: pede anistia e Constituinte, aplaude a proscrição do banimento e a reabilitação do habeas corpus e critica, entre outros pontos as salvaguardas.

Sobre elas a ABI — o documento é assinado pelo presidente Barbosa Lima Sobrinho — diz convir “recordar que as faculdades extraordinárias, conferidas ao Poder Executivo, podem, na verdade, funcionar como faca de dois gumes, quando a serviço de autoridades que desejam transformar a estrutura do Estado no rumo de qualquer radicalismo”.

SALVAGUARDAS

No documento remetido aos membros do Congresso Nacional, a ABI condena o que considera ser excessivo rigor da salvaguarda e a precariedade da função do Congresso quando de sua vigência. A Associação tece, sobre o assunto, considerações de ordem geral e sustenta que as Constituições que mais duraram “foram as que menos procuraram se defender, limitadas exclusivamente ao estado de sítio”.

“Os limites fixados no parágrafo 2 do art. 156 se reportam tão somente a prazo e não à natureza ou espécie das medidas coercitivas. E tudo isso a título de providências preventivas, tão somente pelo receio, que será eminentemente subjetivo, de ações que possam

ameaçar a paz social e a ordem pública ameaçadas ou atingidas por calamidades públicas e graves perturbações, que não justifiquem o estado de sítio e o estado de emergência”.

“Diz ainda que “nem a circunstância de convocar o Congresso, para acompanhar a execução do estado de sítio, ou do estado de emergência, pode constituir garantia tranquilizadora, quando as imunidades legislativas ficam a depender do conceito de injúria, ou calúnia regido pela atual Lei de Segurança e de que temos uma demonstração concludente no episódio do deputado Francisco Pinto”.

Repudia, mais, o que prescreve a alínea “E” do artigo 156: A intervenção em entidades representativas de classe ou de categorias profissionais”. Entende a disposição como clara e não aceitável ameaça à ordem dos advogados do Brasil e à própria Associação Brasileira de Imprensa, pois que intervenção em sindicatos a legislação já prevê.

IMPrensa

O documento enfatiza questões relativas à imprensa, à liberdade de expressão e informação. Recorda que, embora a ABI tenha dito à missão Portela “que o nosso maior empenho estava em conseguir todas as medidas que viessem garantir a livre manifestação do pensamento pela imprensa, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que

comettesse, isto é, liberdade com responsabilidade, num regime que assegurasse o fiel cumprimento da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, podemos agora registrar que não precisamos de mais nesse capítulo, senão do que se consigna na Constituição de 1967”.

Quanto à liberdade de informação, a ABI defende o princípio, hoje não praticável, segundo o qual os ministros de Estado são obrigados a atender a convocação do legislativo. Por fim, no que refere à liberdade de imprensa, a lei específica, desvinculada da Lei de Segurança Nacional (sobre a qual sugere revisão), não deve ter como objetivo “estabelecer sanções, cuja severidade possa valer como restrições ou obstáculos ao exercício do direito de informação, que é o maior serviço prestado pela imprensa à coletividade a que pertence”.

MUITOS OUTROS

“Muitos outros pontos de reformas constitucionais” — diz o texto — “merecerão reparo e, de certo, serão objeto de emendas no Poder Legislativo, que tem necessidade de sair engrandecido, quando lhe devolvam uma autoridade que sempre lhe pertenceu. Não podemos omitir que nos parece que seria indispensável uma referência à declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, pois lhe atribuiria uma nova força, no contexto Constitucional”.

Partida A.B.I.

79

NOME:

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

09/09/78
ABI destaca a luta da imprensa pela democracia

Das Sucursais

DATA	PROCEDÊNCIA

Em comemoração ao Dia da Imprensa, que transcorre amanhã, a Associação Brasileira de Imprensa divulgou nota ontem destacando a contribuição da imprensa em defesa do regime democrático.

Diz a nota que "mais de um século e meio transcorridos o quadro perdura em suas linhas gerais. De um lado, a imprensa informando, noticiando, comentando — criticando ou aplaudindo — empenhada em ampliar o âmbito das liberdades fundamentais. Do outro, a censura teimando em permanecer, como se o desconhecimento dos fatos ou o silêncio sobre eles pudessem deter o avanço das idéias democráticas e liberais".

Em outro trecho a entidade lembra que a ABI, hoje, está presente na convocação nacional para o estudo das reformas políticas, não abdicando do dever de lutar pelo Estado de Direito, que venha servir de exemplo e modelo aos países que vivem no culto da liberdade. "Neste sentido, a ABI não se furtou a levar o seu ponto de vista ao Congresso Nacional, alertando para que qualquer eventual repressão de abusos não possa atingir jamais o direito fundamental da livre manifestação do pensamento, nem muito menos o direito que tem toda a pessoa humana à garantia da sua integridade física e de não sofrer cerceamentos de liberdade senão nos casos, na forma e sob a proteção da lei".

CONTRA OS OBSTÁCULOS

Em Brasília, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais distribuiu a seguinte nota:

"Lutando contra obstáculos diversos ao exercício profissional, os jornalistas brasileiros vêem, hoje, o transcorrer de mais um Dia da Imprensa. Uma data grata, porém, nem sempre festiva.

"O mais grave dos entraves, sem dúvida, é a censura, já atenuada, mas ainda atuante. Ela não se expressa apenas na proibição a divulgação de notícias, mas também sob outras formas menos claras e diretas, entre as quais se destaca a intimidação de todos os profissionais, pela vigência dos atos de exceção. Não atinge apenas os homens que fazem a imprensa, mas a própria Nação, pois é no livre debate de idéias, no choque de opiniões, na exposição dos atos dos governantes ao julgamento dos governados, que se encontra o denominador comum, os interesses da maioria, a justiça e o bem-estar social.

"No Dia da Imprensa, os jornalistas lembram também que em diversos pontos do País, inclusive nos grandes centros, sua profissão ainda não pode ser exercida condignamente, pois o mercado de trabalho é aviltado por arrivistas; as leis que regulamentam o exercício da profissão não são cumpridas; os salários não se coadunam com a responsabilidade social que cumpre à imprensa exercer.

"Por isso tudo, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais considera que a data é importante para lembrar que os ideais de liberdade, pelos quais lutavam os pioneiros do jornalismo no Brasil, continuam atuais nos dias que vivemos."

Postar A. B. J.

80

Greve simbólica em jornais de Belém

BELEM (Do correspondente) — Todas as redações de jornais de Belém paralisarão suas atividades, entre 18 e 18,30 horas, na próxima segunda-feira, numa greve simbólica "destinada a sensibilizar o Ministério do Trabalho para a situação de dezenas de jornalistas que, embora trabalhem há vários anos na imprensa local não conseguiram ainda obter seus registros de profissionais por causa das exigências do Decreto-Lei 972", explicou o presidente do Sindicato Lúcio Flávio Pinto.

A greve simbólica de meia hora não conta com a colaboração das empresas, mas estas afirmaram também, em contatos mantidos com o Sindicato dos Jornalistas, que nada farão para impedir o movimento, que classificaram de justo.

Segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas, "várias gestões foram feitas para a regularização dos registros, sem qualquer resultado positivo, permanecendo a situação de precariedade e indefinição para a maioria dos que militam na imprensa paraen-

grata, porem, nem sempre festiva.

"O mais grave dos entraves, sem dúvida, é a censura, já atenuada, mas ainda atuante. Ela não se expressa apenas na proibição a divulgação de notícias, mas também sob outras formas menos claras e diretas, entre as quais se destaca a intimidação de todos os profissionais, pela vigência dos atos de exceção. Não atinge apenas os homens que fazem a imprensa, mas a própria Nação, pois é no livre debate de idéias, no choque de opiniões, na exposição dos atos dos governantes ao julgamento dos governados, que se encontra o denominador comum, os interesses da maioria, a justiça e o bem-estar social.

"No Dia da Imprensa, os jornalistas lembram também que em diversos pontos do País, inclusive nos grandes centros, sua profissão ainda não pode ser exercida condignamente, pois o mercado de trabalho é aviltado por arrivistas; as leis que regulamentam o exercício da profissão não são cumpridas; os salários não se coadunam com a responsabilidade social que cumpre à imprensa exercer.

"Por isso tudo, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais considera que a data é importante para lembrar que os ideais de liberdade, pelos quais lutavam os pioneiros do jornalismo no Brasil, continuam atuais nos dias que vivemos."

80

Greve simbólica em jornais de Belém

BELEM (Do correspondente) — Todas as redações de jornais de Belém paralisarão suas atividades, entre 18 e 18,30 horas, na próxima segunda-feira, numa greve simbólica "destinada a sensibilizar o Ministério do Trabalho para a situação de dezenas de jornalistas que, embora trabalhem há vários anos na imprensa local não conseguiram ainda obter seus registros de profissionais por causa das exigências do Decreto-Lei 972", explicou o presidente do Sindicato Lúcio Flávio Pinto.

A greve simbólica de meia hora não conta com a colaboração das empresas, mas estas afirmaram também, em contatos mantidos com o Sindicato dos Jornalistas, que nada farão para impedir o movimento, que classificaram de justo.

Segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas, "várias gestões foram feitas para a regularização dos registros, sem qualquer resultado positivo, permanecendo a situação de precariedade e indefinição para a maioria dos que militam na imprensa paraense, daí ter a assembléia geral aprovado a greve simbólica, durante a qual será lido nas redações um manifesto mostrando a necessidade da tomada de uma posição firme para a solução do problema".

Jornalistas enviam protestos a Falcão

PORTO ALEGRE (Sucursal) — O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, Antônio Manoel de Oliveira, enviou ontem correspondência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, "para protestar com veemência pelas violências cometidas em Porto Alegre, contra uma manifestação popular em favor da anistia", realizada na terça-feira, e que terminou com o espancamento generalizado de jornalistas.

Os jornalistas gaúchos manifestam "repúdio a esse tipo de comportamento por parte das autoridades policiais, que refletem a filosofia do governo do qual vossa excelência faz parte", com o sentido de "manifestar que o povo brasileiro já chegou à exaustão, não mais suportando o ônus que lhe cai sobre as costas, ou seja, de cinto apertado e ainda tendo de enfrentar os desmandos de uma organização policial que vê nas reivindicações populares mais justas um crime de lesa pátria".

Também ontem, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre divulgou nota oficial protestando contra nota oficial expedida pelo secretário de Segurança Pública, coronel Rubem Moura Jardim, onde se pretendia afirmar que os fotógrafos Gerson Schirmer (de "O Globo") e Paulo Franken (da revista "Manchete") tinham sido espancados por participarem de "arruaças na via pública". O órgão dos jornalistas afirma que os dois profissionais foram agredidos no exercício da profissão, pois não participavam da manifestação em favor da anistia. E garante que já está tomando providências legais através do advogado Jorge Krieger de Mello, que entrará na Justiça contra a Secretaria de Segurança Pública por atentado contra liberdade de trabalho.

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME:

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA

Diaféria será julgado pela LSN

*Diário do
Povo
15/09/77*

BRASÍLIA — Uma fonte do Departamento de Polícia Federal disse ontem em Brasília ser remota a possibilidade do jornalista Lourenço Diaféria vir a ser processado pela Lei de Imprensa e não pela Lei de Segurança Nacional, como sugeriu a Associação Brasileira de Imprensa — ABI em ofício dirigido ao ministro Armando Falcão, da Justiça.

Apesar de ser autônomo para enquadrar o acusado nos dispositivos que entender terem sido infringidos, o delegado responsável pelo inquérito acolhe a decisão do Ministério da Justiça, que no caso do jornalista, foi pelo enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

A mesma fonte explicou que o Ministério da Justiça, ao pedir a abertura de inquérito por violação de algum dispositivo legal, houve antes a sua consultoria jurídica para a qualificação do crime.

Um outro fato indica que dificilmente o delegado enquadrará o jornalista em outro dispositivo que não a Lei de Segurança, porque até agora, em casos semelhantes, nunca houve precedente, ou seja, nenhum delegado desqualificou o enquadramento na Lei de Segurança determinado pelo Ministério.

Enquanto decretava a expulsão do território brasileiro do cidadão de nacionalidade argentina Jacobo Lugdar, o presidente Geisel revogou ontem o decreto de expulsão do português José de Oliveira Pais.

O argentino, que reside no Rio de Janeiro, está sendo expulso em virtude da conclusão a que se chegou no processo a que responde no Ministério da Justiça. A revogação do decreto presidencial, se deve ao fato de o referido cidadão estar amparado pelo artigo 101, item II, do decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970, que assegura a permanência no país de estrangeiro que tenha filho brasileiro dependente da economia paterna.

*Posta
ABI*

81



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

QUARTA-FEIRA — 20 DE SETEMBRO DE 1978

O Estado de São Paulo

ABI adverte que não tem candidato nem apóia partido

Das sucursais

Para evitar explorações que estão surgindo em torno de manifestações individuais de seus associados, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) divulgou ontem, no Rio, nota de sua diretoria, advertindo que a entidade "não tem candidatos, nem partidos, de qualquer tendência política, social ou religiosa".

Assinada por Barbosa Lima Sobrinho, seu presidente, a nota da ABI destaca que "sua absoluta neutralidade vale como condição para a convivência de associados que mantenham opiniões discordantes e até mesmo inconciliáveis ou antagônicas".

A nota é a seguinte:

"A diretoria da Associação Brasileira de Imprensa, pela sua diretoria, e para evitar explorações que estão surgindo em torno de manifestações individuais de seus associados, resolve recordar os termos e os compromissos de seu estatuto, que assim se expressa, no seu art. 6:

"Abstém-se a ABI da discussão e propaganda de ideologias sectárias, de feição política, social ou religiosa, bem como de pleitear postos estranhos à sua natureza e finalidade."

Há que distinguir, pois, entre manifestações que não en-

volem senão a responsabilidade de seus autores, e as que traduzem o pensamento e a atitude da própria ABI, que só responde pelas atitudes aprovadas pela sua diretoria e pelo seu conselho administrativo. O que vale dizer que a ABI não tem candidatos, nem partidos, de qualquer tendência política, social ou religiosa. Integrada por elementos que têm o direito de participarem, individualmente, de qualquer movimento, ou de se associarem a qualquer manifestação de opinião, entende, por isso mesmo, que sua absoluta neutralidade vale como condição para a convivência de associados, que mantenham opiniões discordantes e até mesmo inconciliáveis ou antagônicas.

Reserva-se, pois, a ABI, a tomar as atitudes que lhe sejam impostas pelos interesses da classe dos jornalistas, na defesa da liberdade de informação e dos direitos que decorrem da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, sempre que se trate de seus associados ou dos jornalistas em geral.

Há setenta anos a ABI vem cumprindo esse programa, que é a sua razão de ser, e espera de seus associados que colaborem com ela, deixando sempre bem claro que estão atuando em faixa estritamente pessoal, sem qualquer responsabilidade da ABI, que continua fiel ao art. 6 de seu estatuto, para servir melhor os interesses supremos de toda a classe de jornalistas."

Lista ABI

82

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>Comissão Pontificia apóia Bicudo</p> <p><i>Comissão Pontificia de Justiça e Paz</i> <i>24/09/72</i></p> <p>São Paulo — A Comissão Pontificia de Justiça e Paz divulgou, ontem, nota de apoio ao Procurador Hélio Bicudo e às entidades que promoveram o "Ato de Solidariedade aos Oprimidos e Injustiçados", acusados pelo Secretário de Segurança Pública, Cel. Antonio Erasmo Dias, de darem "apoio aos movimentos esquerdistas em São Paulo".</p> <p>A nota baseou-se em declarações do Secretário Erasmo Dias, publicadas ontem. Depois de negar que tenha chamado o Procurador Hélio Bicudo de subversivo, ele afirmou: "Disse e repito que o Procurador procurou agregar entidades, em nome da luta contra os oprimidos, entidades que se têm caracterizado pelo apoio aos movimentos esquerdistas em São Paulo. A verdade é que nunca vimos esses órgãos procurar auxiliar os menores carentes, os pobres, os desajustados ou os <i>trombadinhas</i>".</p> <p>A NOTA</p> <p>"Tomando conhecimento de declarações injuriosas ao Procurador Hélio Bicudo, feitas ao JORNAL DO BRASIL pelo Secretário de Segurança Pública, Cel. Erasmo Dias, a Comissão Pontificia de Justiça e Paz vem a público para:</p> <p>a) — Hipotecar irrestrita solidariedade ao Procurador Hélio Bicudo, homem de reputação inatacável que, com absoluta autoridade moral, decorrente de uma vida reta e toda dedicada ao bem público, deu ao Brasil e ao mundo um raro exemplo de coragem cívica e de senso de dever, denunciando sem rodeios os criminosos infiltrados na polícia de São Paulo, componentes do famigerado "Esquadrão da Morte";</p> <p>b) repelir as insinuações e afirmativas maldosas contidas nas declarações do Cel. Erasmo Dias, quanto à iniciativa e ao caráter da manifestação de apoio aos oprimidos, que foi promovida conjuntamente por grande número de entidades representativas, inspiradas nos princípios fundamentais do cristianismo, que são anteriores e superiores aos fantasmas políticos que constituem obsessão do Cel. Erasmo Dias;</p> <p>c) Reconhecer que, efetivamente, as entidades promotoras da manifestação de solidariedade aos oprimidos não têm dado qualquer ajuda aos menores desamparados, se por "ajuda" o Cel. Erasmo Dias entende a prisão indiscriminada de grande quantidade de menores, inclusive com utilização de cachorros, tratando como criminosos todos os menores de aparência pobre".</p> <p><i>Arator - Costa A B</i> <i>Institutos</i> <i>10.1.78</i> <i>OPR</i></p> <p style="text-align: right;"><i>83</i></p>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Jornalistas protestam</p> <p><i>Estado de Paraná - 04/10/77</i></p> <p>BRASÍLIA (O Estado de S. Paulo) — A Associação Brasileira de Imprensa e a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais enviaram ontem ao ministro da Justiça, telegramas protestando contra a tentativa de enquadrar o jornalista Carlos Chagas na Lei de Segurança Nacional. A ABI encaminhou sua nota de protesto também ao diretor do Departamento de Polícia Federal, coronel Moacyr Coelho.</p> <p>De acordo com a nota da Associação Brasileira de Imprensa, assinada pelo jornalista Pompeu de Sousa, o propósito da medida é "inibir, pela intimidação, o uso das prerrogativas constitucionais da liberdade de imprensa pelo jornal e o jornalista diretamente atingidos, assim como, por extensão, toda a imprensa do País".</p> <p>A Associação declara-se "atingida por esse agravo, assim como</p> <p>Em telegrama enviado pelo presidente Ayrton Baptista, a Federação Nacional de Jornalistas Profissionais pede ao ministro "providências no sentido do reexame da matéria tendo em vista tratar-se de problema afeto à Lei de Imprensa e por já terem sido reparados os danos porventura causados pela divulgação imprecisa". De acordo com o presidente da Federação, somente a Lei de Imprensa deve ser aplicada quando o fato tido como punível estiver nela previsto, mesmo que relacionado com a Segurança Nacional.</p> <p style="text-align: right;"><i>Lista A.B.I</i></p> <p style="text-align: right;">84</p>



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

O Estado do Paraná
**ABI teme mudança
na Lei de Imprensa**

Da sucursal do
RIO

20/10/78

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, manifestou ontem o seu temor diante das conseqüências da futura Lei de Imprensa, anunciada para o próximo ano porque, "no Brasil, sempre que se pensou em fazer leis para a imprensa, o objetivo foi apenas o de conter a liberdade e nunca o de garantir o livre direito de informar". O presidente da ABI informou que a entidade não foi chamada a opinar ou estudar o projeto da nova lei e que, por isso, não se manifestará antes de conhecer o conteúdo do anteprojeto. Barbosa Lima Sobrinho protestou, ainda, contra a possibilidade de enquadramento de jornalistas na Lei de Segurança Nacional.

"Não vamos nomear comissões de estudos nem apresentar sugestões e só nos pronunciaremos depois de conhecer a proposta oficial. Afinal, as leis de imprensa no Brasil sempre foram feitas visando o fechamento, não abertura e eu, que as combato desde a "Lei Adolfo Gordo", no governo Bernardes, infelizmente já conheço muito bem o assunto" - afirmou.

Quanto à nova Lei de Segurança Nacional, enviada esta semana ao Congresso, Barbosa Lima Sobrinho lembra o documento que a ABI enviou ao presidente do Senado, Petrônio Portella, alertando que a revogação desta lei deveria preceder as reformas políticas.

Naquela ocasião, destacou Barbosa Lima, a ABI disse: "Nem a circunstância de convocar o Congresso para acompanhar a execução do estado de sítio, ou do estado emergência, pode constituir garantia tranquilizadora, quando as imunidades legislativas ficam a depender do conceito de injúria ou calúnia regido pela atual Lei de Segurança e de que temos uma demonstração concludente no episódio do deputado Francisco Pinto. Da mesma forma que a muito pouco se reduz a liberdade de pensamento, admitida na Constituição, se continuarem sujeitas à Lei de Segurança em vigor, e cuja revogação, pelo menos nesse ponto, deveria preceder a aprovação das reformas políticas, quando se sabe que a Lei de Segurança foi elaborada sob a influência das mesmas doutrinas autoritárias que inspiraram a redação do Ato Institucional nº 5".

Barbosa Lima Sobrinho afirmou que esta continua sendo a posição da ABI, que na terça-feira irá reunir o Conselho Diretor para se pronunciar oficialmente contra a manutenção dos artigos que permitem o enquadramento na Lei de Segurança de jornalistas.

Quanto à declaração do general João Baptista Figueiredo de apoio e respeito à liberdade de imprensa, o presidente da ABI as considerou "muito boas, em tese", mas lamentou que o futuro presidente tenha, rudemente, declarado que os jornalistas continuam deturpando suas palavras.

*Posto
A. B. I.*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Liberdade
de Imprensa
tem debate**
Manual do Brasil - 25/10/78

São Paulo — A partir de amanhã, até o dia 28, será realizado no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo o Congresso Nacional de Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, com delegados de sindicatos da categoria de todo país, com o seguinte temário: o jornalista, a sociedade e a liberdade de imprensa; o controle da informação; a ação da censura no Brasil.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, David de Moraes, informou ontem que também deverão ser debatidos temas como a proposta da nova Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa que, segundo rumores, poderá ser reformulada.

Roberto A. B. J.



NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

ABI quer Justiça comum para crimes de imprensa

Of. Estado de São Paulo 14/11/78

Da sucursal do RIO

A Associação Brasileira de Imprensa vai encaminhar hoje uma representação ao Congresso, onde denuncia a incompetência da Justiça Militar para apreciar os crimes contra o Estado praticados por meio da imprensa, ao sustentar que o julgamento desses delitos deve ser devolvido à Justiça comum, a fim de que se restabeleça uma tradição consolidada universalmente pelos países democráticos.

O presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, observou que o fato do Superior Tribunal Militar ter proporcionado, nos últimos anos, lições de direito e de civismo político, não deve ser utilizado para restringir a área de atuação da Justiça co-

mum. "Quando nos manifestamos favoráveis à exclusão dos chamados delitos de imprensa no âmbito das leis de segurança, para que se enquadrem tão somente numa Lei de Imprensa, não estamos pleiteando regimes de privilégio. Nossa tese é, e sempre foi, a da defesa da liberdade com responsabilidade, desde que se trate de uma responsabilidade que não tenha em vista suprimir a própria liberdade de imprensa e o livre acesso à informação", ressaltou Barbosa Lima Sobrinho.

A representação da ABI, que foi calçada em um estudo realizado por uma comissão especial da Ordem dos Advogados do Brasil, entende que a função da imprensa "não é somente opinar, muito menos julgar, mas sobretudo informar,

como se constituísse numa espécie de fórum, aberto a acusadores e defensores, para uma sentença final que não caberá a ela, mas à opinião pública, juiz supremo dos regimes democráticos".

Barbosa Lima Sobrinho salientou que a imprensa, na verdade, influi muito mais na opinião pública quando informa do que quando opina: "A opinião está sujeita à diversidade das manifestações, na variedade e multiplicação dos jornais e dos pareceres com que se instrui, tanto mais quando a imprensa moderna se completa com a presença do colunista, cujas opiniões nem sempre coincidem com a dos jornais em que escreve, e também com a seção das cartas dos leitores, sustentando as idéias próprias dos sig-

natários das cartas publicadas".

O limite exato entre a liberdade de imprensa ou de informação e o respeito aos interesses de toda espécie a que pode ferir é extremamente difícil de ser traçado, para o presidente da ABI.

A primeira Lei de Imprensa formulada no Brasil, a 18 de junho de 1822, já se preocupava com esse aspecto pois estabelecia, por sugestão de José Bonifácio, que os chamados delitos de imprensa fossem examinados pela presença do júri popular que, segundo ele, era mais sensível, como a própria imprensa, ao contágio da opinião pública, para compreender pronunciamentos que vinham com aprovação do povo e a chancela de toda a Nação.

Exemplo de generais é invocado

Na representação que encaminhará ao Congresso, o presidente da ABI, ao indagar se a ampliação imoderada da competência da Justiça Militar seria um serviço ou desserviço às instituições militares, lembra que não foram poucos os generais que se manifestaram e que ainda se manifestam contra essa orientação. Depois de citar declarações dos generais Olimpio Mourão Filho e Pery Constant Bevilaqua sobre a Lei de Segurança Nacional — "uma ameaça para o povo brasileiro, transformando o Brasil num imenso quartel" —, ele conclui com uma observação do ministro Rodrigo Octávio, do Superior Tribunal Militar, que classificou o novo projeto da Lei de Segurança como "psicose deletéria da existência de uma subversão permanente, justificando a teoria do arbítrio permanente".

Barbosa Lima Sobrinho assegura que a Lei de Segurança de 1967 era infinitamente menos drástica do que a de 1969 e, ainda assim, inspirava aos generais Olympio Mourão e Pery Bevilaqua as censuras que julgaram fazer. O novo projeto, atenua uma e reforça a outra, procurando manter-se no meio termo, "conservando aquele estado de sítio permanente a que se referia o general Pery Bevilaqua".

Na opinião do presidente da ABI, o novo texto que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, sob regime de tramitação especial, "continua a ser padrão de regimes autoritários e não uma realização democrática, muito menos o advento daquele Estado de Direito, com que continuam a sonhar todos os brasileiros".

Posta ABI

87



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

ABI formaliza denúncia

O Estado do Paraná 14/11/78

RIO (AE - O ESTADO) - A Associação Brasileira de Imprensa vai encaminhar hoje uma representação ao Congresso Nacional, onde denuncia a incompetência da Justiça Militar para apreciar os crimes contra o Estado praticados através da imprensa, ao sustentar que o julgamento desses delitos deve ser devolvido à Justiça comum, a fim de que se restabeleça uma tradição consolidada universalmente pelos pises democráticos.

O documento diz ainda não acreditar que seja um serviço prestado às instituições militares "estender de tal forma a sua competência para assumir a responsabilidade das condenações que decorrem da aplicação de leis draconianas que as colocam em antagonismo com os elementos civis que compõem a maioria da população ou até mesmo com a opinião pública dominante".

O presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, observou que o fato do Superior Tribunal Militar nos ter proporcionado, nos últimos anos, lições de direito e de civismo político, não deve ser utilizado para restringir a área de atuação da Justiça comum.

"Quando nos manifestamos favoráveis à exclusão dos chamados delitos de imprensa do âmbito das leis de segurança, para que se enquadrem tão somente numa lei de imprensa, não estamos pleiteando regimes de privilégio. Nossa tese é, e sempre foi, a da defesa da liberdade com responsabilidade, desde que se trate de uma responsabilidade que não tenha em vista suprimir a própria liberdade de imprensa e o livre acesso à informação", ressaltou Barbosa Lima Sobrinho.

A representação da ABI, que foi calçada em um estudo realizado por uma comissão especial da Ordem dos Advogados do Brasil, entende que a fundação da imprensa "não é somente opinar, muito menos julgar, mas sobretudo informar, como se constituísse numa espécie de fórum, aberto a acusadores e defensores, para uma sentença final que não caberá a ela, mas à opinião pública, juiz supremo dos regimes democráticos".

Barbosa Lima Sobrinho salienta que a imprensa, na verdade, influi

muito mais na opinião pública quando informa do que quando opina: "a opinião está sujeita à diversidade das manifestações, na variedade e multiplicação dos jornais e dos pareceres com que se instrui, tanto mais quando a imprensa moderna se completa com a presença do colunista, cujas opiniões nem sempre coincidem com a dos jornais em que escreve, e também com a seção das cartas dos leitores. Aspectos variados de uma evolução fundada na tolerância e que significa que o próprio jornal está interessado em proporcionar aos seus leitores um panorama amplo das idéias existentes no momento, renunciando, dentro de certos limites, ao monopólio das próprias opiniões".

O limite exato entre a liberdade de imprensa ou de informação e o respeito aos interesses de toda espécie a que pode ferir é extremamente difícil de ser traçado, para o presidente da ABI, que coloca a liberdade de imprensa como "uma liberdade fundamental, a pedra de toque de todas as liberdades, até mesmo pela interação que exerce em face do desenvolvimento econômico, a que procura estimular com os exemplos que vai reunindo. Aliada à crítica, a informação vale como um estímulo, na caminhada para o progresso".

A primeira Lei de Imprensa formulada no Brasil, a 18 de junho de 1822, já se preocupava com esse aspecto, pois estabelecia, por sugestão de José Bonifácio, que os chamados delitos de imprensa fossem examinados pela presença do júri popular que, segundo ele, era mais sensível, como a própria imprensa, ao contágio da opinião pública, para compreender pronunciamentos que vinham com aprovação do povo e a chancela de toda a Nação.

Barbosa Lima Sobrinho afirma que a nova LSN, ao ampliar a faixa de competência da Justiça castrense, em detrimento da Justiça Comum, para conferir poderes ainda mais amplos ao Superior Tribunal Militar, aumentou também a margem de arbítrio para o livre exercício da profissão, apesar das posições assumidas pela maioria dos seus ilustres representantes.

Poste ABI

88



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Folha São Paulo 18/10/47
**Apoio a
Barbosa Lima**

RIO (Sucursal) — Carlos Drummond de Andrade, Hélio Silva, Odilo Costa Filho e o caricaturista Alvaro Cotrim (Alvarus) dirigiram apelo ontem aos associados da ABI, pedindo votos para a chapa coordenada por Barbosa Lima Sobrinho, nas eleições programadas para o próximo dia 27. Eles afirmam, no apelo, que a vitória dos candidatos convidados por Barbosa Lima Sobrinho "é essencial à continuidade da tradição da ABI na luta pela liberdade de imprensa, pelos direitos humanos e pela anistia.

"Mesmo que os nossos nomes figurem em outras chapas, permanece inteiramente válido este apelo, afirmam. O nosso empenho é somar votos na chapa coordenada por Barbosa Lima Sobrinho. Dispersar votos, nesta hora, significa para nós um desserviço à ABI e aos jornalistas".

*Parker
A.B.I*



NOME:

FILIAÇÃO:

PRO QUINTA-FEIRA — 23 DE NOVEMBRO DE 1978

RESI

Aprovado projeto sobre imprensa

REALI JUNIOR
Nosso correspondente

PARIS — A Assembléia Geral da Unesco aprovou ontem por aclamação o polêmico projeto de declaração que trata da circulação da informação no mundo. Os 146 países participantes endossaram um texto amplamente modificado em relação ao original, do qual foram retirados praticamente todos os itens com os quais os países ocidentais não concordavam, especialmente os referentes a qualquer tipo de intervenção estatal junto aos meios de comunicação. Os projetos anteriores, o de Nairobi de inspiração soviética e o da direção geral da Unesco pouco ou quase nada têm a ver com o aprovado, um texto de compromisso cujo consenso pode ser obtido graças ao habil encaminha-mento do senegalês, Amadou Mahtar M' Bow, diretor-geral da organização. O clima pas-sional que envolveu a tramita-ção da matéria durante a atual Conferência Geral fez com que Amadou M' Bow não contivesse as lágrimas quan-do o projeto de declaração foi aclamado pelo conjunto de países, ocidentais, socialistas e não-alinhados que até algu-mas horas antes não alimen-tavam esperanças de sair do impasse.

O novo texto evita ao má-ximo citar o papel do Estado nas recomendações para que se busque um efetivo reequilí-brio no fluxo das informa-ções, ao mesmo tempo em que deixa de recomendar a participação estatal na pre-paração de legislação que ga-ranta a pluralidade das fontes de informação. O próprio tí-tulo do projeto inicial foi modi-ficado, incluindo-se nele uma expressão relativa à "promo-ção dos direitos humanos". O título do texto aprovado é o seguinte: "Projeto de Decla-ração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massa ao Fortalecimento da Paz e da Compreensão Internacional, à Promoção dos Direitos Hu-manos e à Luta Contra o Ra-cismo, o apartheid e a Propa-ganda Belicista".

Essa referência aos direi-tos humanos foi incluída pe-los países ocidentais, pois nos textos anteriores não eram mencionada. As modificações introduzidas não se limitam apenas a esses aspectos. A palavra "recíproca" foi supri-mida da frase

"Uma circulação livre e uma difusão recíproca, mais ampla, e mais equilibrada da informação". Quanto ao di-reito de resposta, o texto aprovado exclui a citação da palavra "Estado", como um dos beneficiários desse direi-to. Isso não quer dizer que os estados não devam ter direito de resposta, mas decidiu-se que sua citação específica po-derá colocá-los como benefi-ciários privilegiados. A con-

— à incitação à guer-

ra" foi substituída também pela condenação" à propa-ganda belicista. Entre os ob-jetivos internacionais inclui-se também, no artigo VIII, "a promoção dos direitos do ho-mem e o estabelecimento de uma ordem econômica inter-nacional mais justa e equita-tiva".

ARTIGO XI

O Artigo XI do projeto an-terior foi o que levantou as maiores críticas dos países ocidentais. Entre outras coi-sas ele considerava que in-cumbia "aos Estados facilitar a aplicação da declaração e procurar que os meios de co-municação juridicamente si-tuados sob sua autoridade se ajustassem a ela", e que os Estados deveriam "promover um estatuto dos jornalistas e outros agentes de órgãos de comunicação e definir nor-mas que seriam internacio-nalmente aceitas para que eles pudessem exercer sua profissão com rigor e objeti-vidade".

Todos esses itens foram to-talmente eliminados no novo texto que em sua nova reda-ção afirma apenas que para tornar a presente declaração eficaz "é preciso que se ga-ranta a existência de condições favoráveis para a ação dos meios de comunicação, de conformidade com as dispo-sições da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os princípios correspondentes enunciados no Pacto Interna-cional dos Direitos Civis e Po-líticos aprovado pela Assem-bléia Geral das Nações Unidas".

O mérito principal do do-cumento aprovado ontem se deve à sua dimensão consen-sual, permitindo que as reco-mendações sejam debatidas em outros foros como Wa-shington e Genebra especial-mente. Já se prevê, por exem-plo, que o problema do reequilíbrio do fluxo da informa-ção será amplamente debati-do nesses dois foros. Medidas técnicas e mesmo econômicas poderão ser estudadas em fa-vor dos países mais desfavo-recidos. Quanto às recomen-dações aprovadas na confe-rência de Paris tudo vai de-pender da boa vontade dos 146 países que compõem a organização, pois a Unesco, como se sabe, não pode inter-ferir na política interna de seus estados-membros.

O CONSENSO

Apenas alguns minutos fo-ram suficientes para que os 146 países decidissem apro-var o projeto de declaração sobre a informação, um as-sunto que há dois anos vinha dividindo países ocidentais, socialistas e não-alinhados. Nos últimos 20 dias, desde que URSS, demais países so-cialistas e não alinhados che-garam a um acordo sobre o texto definitivo — o apresen-tado a 6 de setembro na abertu-ra da conferência geral — os países ocidentais abriram

suas excessiva influência es-tatal e que colocava em peri-go a própria liberdade de im-prensa. Inúmeras vezes, na atual conferência, as delega-ções soviética e norte-americana enfrentaram-se e ainda na última quarta-feira, quando de uma agitada reu-nião da Comissão de Comuni-cação e Cultura, os delegados dos dois países marcavam suas posições de maneira in-flexível.

A esta altura, entretanto, um texto bastante vazio em relação ao anterior circulava entre as várias delegações. Os não-alinhados acabaram aceitando os princípios bá-sicos do texto apresentado pe-los ocidentais, encaminhado habilmente pelo diretor geral da Unesco, e os soviéticos acabaram por aceitá-los, pois, do contrário, poderiam per-manecer isolados.

Antes da aprovação defini-tiva, a sala de reuniões estava repleta de delegados e jorna-listas. Amadou M' Bow reve-lou que o projeto que seria submetido nada mais era do que um texto de compromi-so que procurava apaziguar as preocupações de alguns e as inquietudes de outros. Em seguida, o representante dos países não-alinhados, o tuni-siano Mustapha Masmoudi, propôs que a aprovação ocorresse por aclamação, sendo apoiado pela delegada da Po-lônia em nome dos socialistas e da Finlândia que falou pelos países escandinavos. Pela América Latina falou o repre-sentante do Panamá.

Os delegados dos países presentes aplaudiram longa-mente — um jornalista che-gou a cronometrar seis minu-tos — e logo a seguir o diretor da Unesco, Amadou M' Bow voltou a pedir a palavra para dizer que a "Unesco acabava de adotar uma decisão histó-rica". Comentando o docu-mento, o representante dos EUA disse que "a resolução não permite que tenhamos es-peranças excessivas", referin-do-se, talvez, a seus termos vagos.

BRASIL

A posição brasileira, traça-da no início da conferência pelo ministro Euro Brandão, foi fielmente seguida. O texto de compromisso aprovado está de acordo com as instru-ções de Brasília, pois a maior preocupação do ministro da Educação, referida em sua en-trevista aos jornalistas brasi-leiros, eram os riscos de uma influência excessiva do esta-dô junto aos meios de comu-nicação. Ao mesmo tempo o Brasil, como país em desen-volvimento, se preocupa com o desequilíbrio existente atualmente área da informa-ção e comunicação, apoiando medidas que objetivem dotar as nações do Terceiro Mundo dos meios técnicos indispen-sáveis para seu desenvolvi-mento na área da informação e comunicação.

Três conceitos em luta

Ontem, após a aprovação da declaração, nos corredores da sede da Unesco em Paris, alguns delegados ocidentais continuavam considerando que mesmo tendo havido con-senso para adoção de um do-cumento, o assunto continua-ria a apresentar aspectos con-traditórios. Delegados da Grã-Bretanha chegaram a afirmar que o problema per-manecerá como uma verda-deira "batata quente". Isso porque as concepções sobre informação entre os três gru-pos de países apresentam di-ferenças fundamentais. A concepção socialista prevê para a imprensa um papel im-portante na "edificação do es-tado socialista". Nesse senti-do, a declaração do professor soviético Zassourski, quando do aniversário da Revolução de Outubro, é significativa: "O jornalista soviético conti-nua a ser um instrumento nas mãos do partido, um instru-mento de gestão do estado". No chamado Terceiro Mundo, a concepção do papel da im-prensa depende das caracte-rísticas do estado: países de partido único, ditaduras lati-americanas ou africanas e até democracias. Mas, de uma maneira geral procura-se uti-lizá-la para promover o desen-volvimento. Já nos países oc-

dentais industrializados, a imprensa chega a se erigir em contra poder quando é suficientemente forte ou pelo menos se esforça para exercer uma função crítica.

Esses três pontos de vista entraram em choque durante toda a Conferência Geral da Unesco.

Enquanto o delegado so-viético insistia em falar do "emprego das mídias" pelo estado, os delegados ociden-tais procuravam rejeitar todo controle da imprensa. Cita-se, por exemplo, o delegado ca-nadense, John Roberts: "Os governos não devem contro-lar as mídias". Essa concep-ção pode ser constatada tam-bém durante a entrevista do presidente Giscard d'Estaing na terça-feira: "É desejável que as relações entre o estado e a imprensa sejam as meno-res possíveis". Giscard res-pondia a uma questão sobre a concentração nas mãos de um único proprietário, Robert Hersant, de inúmeros jornais franceses e justificava sua posição não intervindo no problema!

Economia, finanças, negócios: leia O ESTADO DE S. PAULO. O lucro e seu.

A liberdade de opinião em perigo

O presidente da SIP — So-ciedade Interamericana de — o dominicano Ornes, mesmo consi-derando o novo texto do pro-eto da declaração muito me-ior que o anterior, pois desa-todas as menções permitiam intervenções Estados nos meios de co-municação, considera que permaneceram disposi-ções perigosas para a liberda-

gundo a opinião do presiden-te da SIP refere-se à manu-tenção, no artigo II, do dispo-sitivo que fala na participa-ção do público nos meios de comunicação. Lembrou o ca-so peruano, cujo governo in-vocando essa participação promoveu uma reforma na imprensa, expropriando os jornais, e somente agora reco-nheceu o malogro dessa inter-venção junto aos meios de

claração, pois as diferenças filosóficas são tão evidentes depois como o eram antes da aprovação. Os discursos dos representantes dos diversos países mostram claramente essas divergências.

Como pontos positivos da declaração aprovada cita, além da supressão de todas as menções relativas a interven-ções estatais, o próprio tom

trata da circulação da informação no mundo. Os 146 países participantes endossaram um texto amplamente modificado em relação ao original, do qual foram retirados praticamente todos os itens com os quais os países ocidentais não concordavam, especialmente os referentes a qualquer tipo de intervenção estatal junto aos meios de comunicação. Os projetos anteriores, o de Nairobi de inspiração soviética e o da direção geral da Unesco pouco ou quase nada têm a ver com o aprovado, um texto de compromisso cujo consenso pode ser obtido graças ao habil encaminhamento do senegalês, Amadou Mahtar M' Bow, diretor-geral da organização. O clima passionnal que envolveu a tramitação da matéria durante a atual Conferência Geral fez com que Amadou M' Bow não contivesse as lágrimas quando o projeto de declaração foi aclamado pelo conjunto de países, ocidentais, socialistas e não-alinhados que até algumas horas antes não alimentavam esperanças de sair do impasse.

O novo texto evita ao máximo citar o papel do Estado nas recomendações para que se busque um efetivo reequilíbrio no fluxo das informações, ao mesmo tempo em que deixa de recomendar a participação estatal na preparação de legislação que garanta a pluralidade das fontes de informação. O próprio título do projeto inicial foi modificado, incluindo-se nele uma expressão relativa à "promoção dos direitos humanos". O título do texto aprovado é o seguinte: "Projeto de Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massa ao Fortalecimento da Paz e da Compreensão Internacional, à Promoção dos Direitos Humanos e à Luta Contra o Racismo, o Apartheid e a Propaganda Belicista".

Essa referência aos direitos humanos foi incluída pelos países ocidentais, pois nos textos anteriores não eram mencionada. As modificações introduzidas não se limitam apenas a esses aspectos. A palavra "recíproca" foi suprimida da frase

"Uma circulação livre e uma difusão recíproca, mais ampla, e mais equilibrada da informação". Quanto ao direito de resposta, o texto aprovado exclui a citação da palavra "Estado" como um dos beneficiários desse direito. Isso não quer dizer que os estados não devam ter direito de resposta, mas decidiu-se que sua citação específica poderá colocá-los como beneficiários privilegiados. A conclusão é a seguinte: "à incitação à guer-

uma ordem nacional mais justa e equitativa".

ARTIGO XI

O Artigo XI do projeto anterior foi o que levantou as maiores críticas dos países ocidentais. Entre outras coisas ele considerava que incumbia "aos Estados facilitar a aplicação da declaração e procurar que os meios de comunicação juridicamente situados sob sua autoridade se ajustassem a ela", e que os Estados deveriam "promover um estatuto dos jornalistas e outros agentes de órgãos de comunicação e definir normas que seriam internacionalmente aceitas para que eles pudessem exercer sua profissão com rigor e objetividade".

Todos esses itens foram totalmente eliminados no novo texto que em sua nova redação afirma apenas que para tornar a presente declaração eficaz "é preciso que se garanta a existência de condições favoráveis para a ação dos meios de comunicação, de conformidade com as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os princípios correspondentes enunciados no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas".

O mérito principal do documento aprovado ontem se deve à sua dimensão consensual, permitindo que as recomendações sejam debatidas em outros foros como Washington e Genebra especialmente. Já se prevê, por exemplo, que o problema do reequilíbrio do fluxo da informação será amplamente debatido nesses dois foros. Medidas técnicas e mesmo econômicas poderão ser estudadas em favor dos países mais desfavorecidos. Quanto às recomendações aprovadas na conferência de Paris tudo vai depender da boa vontade dos 146 países que compõem a organização, pois a Unesco, como se sabe, não pode interferir na política interna de seus estados-membros.

O CONSENSO

Apenas alguns minutos foram suficientes para que os 146 países decidissem aprovar o projeto de declaração sobre a informação, um assunto que há dois anos vinha dividindo países ocidentais, socialistas e não-alinhados. Nos últimos 20 dias, desde que URSS, demais países socialistas e não alinhados chegaram a um acordo sobre o texto definitivo — o apresentado a 6 de setembro na abertura da conferência geral — os países ocidentais abriram

quando de uma agitada reunião da Comissão de Comunicação e Cultura, os delegados dos dois países marcavam suas posições de maneira inflexível.

A esta altura, entretanto, um texto bastante vazio em relação ao anterior circulava entre as várias delegações. Os não-alinhados acabaram aceitando os princípios básicos do texto apresentado pelos ocidentais, encaminhado habilmente pelo diretor geral da Unesco, e os soviéticos acabaram por aceitá-los, pois, do contrário, poderiam permanecer isolados.

Antes da aprovação definitiva, a sala de reuniões estava repleta de delegados e jornalistas. Amadou M' Bow revelou que o projeto que seria submetido nada mais era do que um texto de compromisso que procurava apaziguar as preocupações de alguns e as inquietudes de outros. Em seguida, o representante dos países não-alinhados, o tunisiano Mustapha Masmoudi, propôs que a aprovação ocorresse por aclamação, sendo apoiado pela delegada da Polónia em nome dos socialistas e da Finlândia que falou pelos países escandinavos. Pela América Latina falou o representante do Panamá.

Os delegados dos países presentes aplaudiram longamente — um jornalista chegou a cronometrar seis minutos — e logo a seguir o diretor da Unesco, Amadou M' Bow voltou a pedir a palavra para dizer que a "Unesco acabava de adotar uma decisão histórica". Comentando o documento, o representante dos EUA disse que "a resolução não permite que tenhamos esperanças excessivas", referindo-se, talvez, a seus termos vagos.

BRASIL

A posição brasileira, traçada no início da conferência pelo ministro Euro Brandão, foi fielmente seguida. O texto de compromisso aprovado está de acordo com as instruções de Brasília, pois a maior preocupação do ministro da Educação, referida em sua entrevista aos jornalistas brasileiros, eram os riscos de uma influência excessiva do estado junto aos meios de comunicação. Ao mesmo tempo o Brasil, como país em desenvolvimento, se preocupa com o desequilíbrio existente atualmente área da informação e comunicação, apoiando medidas que objetivem dotar as nações do Terceiro Mundo dos meios técnicos indispensáveis para seu desenvolvimento na área da informação e comunicação.

Os delegados ocidentais continuavam considerando que mesmo tendo havido consenso para adoção de um documento, o assunto continuaria a apresentar aspectos contraditórios. Delegados da Grã-Bretanha chegaram a afirmar que o problema permanecerá como uma verdadeira "batata quente". Isso porque as concepções sobre informação entre os três grupos de países apresentam diferenças fundamentais. A concepção socialista prevê para a imprensa um papel importante na "edificação do estado socialista". Nesse sentido, a declaração do professor soviético Zassourski, quando do aniversário da Revolução de Outubro, é significativa: "O jornalista soviético continua a ser um instrumento nas mãos do partido, um instrumento de gestão do estado". No chamado Terceiro Mundo, a concepção do papel da imprensa depende das características do estado: países de partido único, ditaduras latino-americanas ou africanas e até democracias. Mas, de uma maneira geral procura-se utilizá-la para promover o desenvolvimento. Já nos países oc-

cientemente forte ou pelo menos se esforça para exercer uma função crítica.

Esses três pontos de vista entraram em choque durante toda a Conferência Geral da Unesco.

Enquanto o delegado soviético insistia em falar do "emprego das mídias" pelo estado, os delegados ocidentais procuravam rejeitar todo controle da imprensa. Cita-se, por exemplo, o delegado canadense, John Roberts: "Os governos não devem controlar as mídias". Essa concepção pode ser constatada também durante a entrevista do presidente Giscard d'Estaing na terça-feira: "É desejável que as relações entre o estado e a imprensa sejam as menores possíveis". Giscard respondeu a uma questão sobre a concentração nas mãos de um único proprietário, Robert Hersant, de inúmeros jornais franceses e justificava sua posição não intervindo no problema!

Economia,
finanças, negócios:
leia O ESTADO DE S. PAULO: O lucro e seu.

A liberdade de opinião em perigo

O presidente da SIP — Sociedade Interamericana de — o dominicano German Ornes, mesmo considerando o novo texto do projeto de declaração muito melhor que o anterior, pois desafiaram todas as menções permitiam intervenções Estados nos meios de comunicações, considera que permaneceram disposições perigosas para a liberdade de imprensa. Por isso julga a declaração não é totalmente satisfatória. Cita o artigo XI e a inclusão do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos aprovado em 1966. Esse pacto, segundo German Ornes, nos seus artigos XVIII e XIX praticamente autoriza os governos a restringir a liberdade de im-

Outro ponto negativo se-

gundo a opinião do presidente da SIP refere-se à manutenção, no artigo II, do dispositivo que fala na participação do público nos meios de comunicação. Lembrou o caso peruano, cujo governo invocando essa participação promoveu uma reforma na imprensa, expropriando os jornais, e somente agora reconheceu o malogro dessa intervenção junto aos meios de comunicação.

Para German Ornes, a aprovação de projeto de declaração foi uma vitória pessoal do diretor geral da Unesco, Amadou M' Bow, mas ressaltou que o fato de ter havido consenso sobre a declaração não quer dizer que também exista sobre a interpretação do documento. O consenso obtido limita-se à de-

claração, pois as diferenças filosóficas são tão evidentes depois como o eram antes da aprovação. Os discursos dos representantes dos diversos países mostram claramente essas divergências.

Como pontos positivos da declaração aprovada cita, além da supressão de todas as menções relativas a intervenções estatais, o próprio tom do documento que é apenas declaratório e não impositivo como o anterior, que tinha a pretensão de impor obrigações à imprensa. A SIP preferiria que nenhuma declaração desse tipo fosse aprovada nesta Conferência Geral, mas reconhece que a aprovada é melhor que a original. Em janeiro ela reúne seu Comitê Executivo, ocasião em que voltará a tratar do problema.

90



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Começa amanhã o 3º Encontro de Jornalismo

Folha Londrina - 26/04/79
Começa amanhã, com a exibição no Cine Ouro Verde do documentário "Uma tragédia Americana", o 3o. Encontro de Jornalismo de Londrina. A promoção é dos estudantes de Comunicação da UEL, que pretendem, até domingo, debater com profissionais de Imprensa de Londrina vários aspectos do jornalismo. O encontro será realizado no auditório do Colégio "José de Anchieta", na rua Riachuelo.

O filme "Uma Tragédia Americana" está incluído na programação paralela do encontro. Produzido pela jornalista americana Bárbara Kopple, o filme registra imagens dos 13 meses de greve vividos pelos mineiros de uma pequena cidade nos Estados Unidos.

No sábado, às 14 horas, jornalistas locais e o repórter Ricardo Kotscho,

da revista "Isto É", falarão sobre seus métodos de trabalho e relatarão experiências pessoais. Participarão do debate os repórteres Pedro Paulo Felismino e Rose Arruda ("Folha de Londrina"), Germano de Oliveira (correspondente do "O Estado de São Paulo") e Marinósio Neto do jornal "O Estado do Paraná". Ricardo Kotscho foi o autor da famosa série de reportagens-denúncias sobre as "mordomias" governamentais publicadas pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

No sábado, às 20 horas, outros jornalistas de Londrina debaterão os problemas da Imprensa local. Participarão Leonardo Santos, chefe de reportagem da "Folha", Mauro Ticcianelli, da sucursal do jornal "O Estado do Paraná", Roberto Coutinho, da TV Coroados,

Richard Carvalho, da Cooperativa dos Jornalistas, e Nilson Monteiro, da Rádio Alvorada.

Ainda no sábado, à meia-noite, o Cine Ouro Verde estará exibindo, como programação do encontro, o filme "México Insurgente", considerado uma obra-prima do gênero. O documentário recebeu diversos prêmios e é baseado no relato de John Reed, o repórter americano que acompanhou o desenrolar da Revolução Mexicana.

No domingo, professores e estudantes de Comunicação da UEL discutirão os problemas dos cursos e, às 15 horas, os estudantes se reunirão para concluir discussões sobre a eventual criação de uma entidade representativa. O grupo de música "Vivência" encerrará a promoção com um show.

Festa Encontro Jornalismo

91



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Dois debates e um filme, hoje, no 3º Encontro de Jornalismo

28/04/77

Folha de Londrina

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

As 14 horas, no salão do Colégio "Anchieta", reporteres de Londrina e o jornalista Ricardo Kotscho, da revista "Isto É" (autor da série de reportagens sobre as mordomias governamentais que o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou em 1976), estarão falando sobre seus métodos de trabalho e contando experiências pessoais; às 20 horas, outros jornalistas de Londrina, editores de vários órgãos de comunicação, discutirão o jornalismo que cada um faz; e, à meia-noite, o Cine Ouro Verde exibirá *México Insurgente*, considerada uma obra-prima do jornalismo-cinematográfico.

É o 3o. Encontro de Jornalismo de Londrina, que começou ontem, às 22 horas, com a exibição pelo Cine Ouro Verde do documentário *Uma Tragédia Americana*. O encontro é promovido pelos estudantes de Comunicação Social da UEL e também pela delegacia londrinense do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, com o objetivo de debater vários aspectos do jornalismo local.

OS REPORTERES

No debate das 14 horas, além de Kotscho – ganhador do prêmio Esso em 1976 – participarão igualmente os reporteres Pedro Paulo Felismino e Rose Arruda (Folha de Londrina); Marinósio Neto ("O Estado do Paraná") e Germano de Oliveira, correspondente em Londrina do jornal "O Estado de S. Paulo". Eles contarão como trabalham, que meios costumam usar para conseguir as informações mais difíceis e como se portam durante as entrevistas. Esse debate – conforme os promotores – interessa sobremaneira aos estudantes de Jornalismo e aos que cursam Redator Auxiliar nas escolas médias.

No debate da noite, também no salão do Colégio Anchieta, outros jornalistas darão suas opiniões sobre o jornalismo local – seus problemas e suas limitações. Estarão participando Leonardo Santos (chefe de Reportagem da Folha); Mauro Ticcianeli (da sucursal de "O Estado do Paraná"); Nilson Monteiro (da Rádio Alvorada) e Roberto Coutinho, (TV Coroados), além de um representante da Cooperativa dos Jornalistas do Paraná.

FILME

A meia-noite, em sessão especial e como parte da programação paralela do encontro, o cine Ouro Verde exhibe *México Insurgente*, de Paul Leduc, baseado na famosa obra de John Reed. O repórter viveu a Revolução Mexicana – entrevistou seus líderes e opositores, escrevendo depois o seu famoso livro.

Amanhã, professores e estudantes de Comunicação farão uma mesa redonda para discutirem o curso de Jornalismo. Depois, apenas os estudantes se reunirão para discutir a criação de uma entidade que os represente e, às 20 horas, o grupo "Vivência" encerra o 3o. Encontro de Jornalismo com um show musical.

Posto Encontro Jornalismo

92



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Censura:

ABI tem

encontro

MACÕES

JORNAL *Opinista do Povo*

Paraná **ABI**

Data *20/05/79* Estado *PR*

RIO (AE-GP) — O repúdio a qualquer tipo de manifestação de censura é o objetivo do primeiro Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão, que se instalou ontem de manhã na ABI, terá prosseguimento hoje e se encerrará na noite de amanhã, quando serão aprovados inúmeros documentos dirigidos às autoridades governamentais que direta ou indiretamente estejam comprometidas com o cerceamento da liberdade de expressão.

Do encontro participam delegações de entidades representativas de jornalistas, escritores, críticos, artistas de cinema e teatro, radialistas e artistas plásticos. Embora nacional, da reunião apenas participam delegações de São Paulo, Recife e Rio, mas os promotores esperam que hoje e amanhã cheguem delegações de outros Estados, especialmente de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Na sessão matutina de ontem foi eleita a mesa diretora dos trabalhos, que ficou assim constituída: Presidência: Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Alberto de Oliveira e Tânia; Secretários: José Louzeiro, Luiza Barreto Leite e Loio Pêrsio, além da mesa foram escolhidos os componentes das comissões técnicas que, à tarde deram início ao trabalho de estudar as teses já apresentadas.

PROGRAMA

O encontro terá prosseguimento com a realização de reuniões de trabalho das comissões técnicas e a primeira reunião plenária.

O temário do I Encontro Nacional pela Liberdade de Expressão inclui os seguintes pontos:

I - Conjuntura Nacional.

a) A ideologia de segurança nacional; b) As reformas políticas e suas contradições; c) liberdade de expressão e democracia.

93



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Opinão do Povo*

Rata A B I

Data *18/06/79* Estado *PR*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Hoje, na ABL, fala o representante da OLP

RIO (AE/GP) — O representante da OLP, Farid Sawan, voltou a defender ontem, no Rio, o direito de poder continuar proferindo palestras sobre a causa palestina, em todo o território nacional, ao criticar as últimas declarações do rabino de São Paulo, Henry Sobel, que pediu ao governo brasileiro para proibi-lo, com a alegação de que as suas conferências representavam "uma ameaça à harmonia étnica, racial e religiosa do Brasil e à própria segurança nacional".

"O que esse rabino pretende, assim como todos os sionistas, é continuar manipulando a opinião pública do país, inclusive através dos meios de comunicação, como faz Adolfo Bloch. Eles não aceitam e não querem a verdade, pois há mais de 30 anos agem assim. Com isso, conseguiram esconder dos brasileiros os crimes que praticaram contra o nosso povo, os bombardeios sobre os acampamentos palestinos no Líbano e o território usado para construir Israel sobre as ruínas da Palestina".

Farid acha que a importância de suas palestras está no fato de que a opinião pública brasileira terá chances de "ouvir relatos sobre o outro lado da questão, saber ao certo o que os sionistas sempre fizeram". Por isso, deixa claro o propósito de continuar fazendo conferências, ao mesmo tempo em que pretende manter gestões para a abertura de um escritório da OLP no Brasil. Hoje, às 19 e 30, ele profere mais uma outra palestra na sede da Associação Brasileira de Imprensa.

PRESENCAS

A conferência, estarão presentes embaixadores dos países árabes — exceto o do Egito, que ainda não havia confirmado se mandaria representante —, além de outras autoridades brasileiras, principalmente políticos e estudantes. O encontro substituirá a palestra programada para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, proibida desde a última sexta-feira.

A proibição — segundo o vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, da UERJ, Anísio Khader — foi determinada pelo próprio governador Chagas Freitas, que "assim contrariou uma decisão da maioria dos estudantes, inclusive muitos sem qualquer ligação com o problema do Oriente Médio". Segundo o estudante, a ordem foi comunicada pelo diretor da Faculdade de Direito, Oscar Dias Correa.

Munido de dois livros ilustrados com fotos de crianças feridas durante os constantes bombardeios desferidos pela aviação israelita, Farid Sawan volta a dizer que não pode aceitar "Shalom", que quer dizer para os judeus, com a bomba Napalm, "atirada por eles sobre os nossos acampamentos do Líbano, por isso, a resposta que posso dar ao rabino é esta: "Shalom e Napalm não rimam bem".

O representante da organização palestina, que é médico cirurgião, mas acabou transformando-se em político, "por ter visto morrer em minhas mãos muitas crianças, vítimas do sionismo", faz questão de mostrar um livro, escrito por um judeu e publicado na França em

1975, relatando todos os crimes praticados por Israel.

DENUNCIAS

"O livro escrito por Israel Shahak, que é um judeu, prova muito bem tudo o que os palestinos sempre denunciaram ao longo desses anos. No livro, Shahak conta que para a formação do Estado de Israel, foram destruídas 376 cidades e aldeias da Palestina e mortos muita gente do nosso povo. Por causa dessa acusação, ele foi perseguido pelos compatriotas. Mas, aí está a verdade".

Farid lembra que sem os palestinos não haverá paz no Oriente Médio e como Israel pretende a paz e não quer os palestinos, "então resta o nosso extermínio?" Diz que as propostas apresentadas pelos israelitas não podem ser aceitas pelo seu voto: "já nos foi oferecida uma solução tipicamente imperialista: invadir a Jordânia e declarar-la Estado palestino. Mas, nós não somos expansionistas nem colonialistas como aquele povo, que segue, até hoje, os ensinamentos de Ben Gurion, que para não traçar as fronteiras de Israel, disse em 1949, "estabelecemos um Estado dinâmico, com tendência a expansão".

O representante palestino disse, ainda, que antes de promover qualquer debate público com o rabino de São Paulo, vai procurar saber se ele é, realmente, sionista como já alegou. "Se for, recuso-me ao debate, porque os sionistas julgam-se um povo superior, uma raça superior. E, dentro dessa filosofia racista, como podemos aceitá-los?"

94



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E

JORNAL: <i>Gazeta do Povo</i>
Partido: <i>A.B.I.</i>
<i>24.06 / 79</i> Estado <i>PR</i>

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Liberdade de imprensa ainda n

“Os donos do poder permitem que a imprensa se exercite quase naturalmente”, explicou ontem o jornalista Carlos Chagas, editor político do jornal “O Estado de São Paulo” e colunista da “Gazeta do Povo”. Alertou, porém, em conferência a universitários, de que o governo está dando essa permissão como se fosse uma “benesse, um prêmio”, quando a verdadeira “liberdade não é um prêmio”. “Estamos vivendo momentos, instantes de liberdade, mas não plena e integral como deve ser”, disse ele.

Antes era o Ato Institucional nº 5 e agora é a Lei de Segurança Nacional que pode ser aplicada a qualquer momento

e “que permite tudo em termos de opressão à imprensa”, explicou o jornalista. Especialmente as emissoras de rádio e televisão ainda estão presas a “condicionamentos legais ou não e não podem exercer liberdade plena, como algumas vezes já ocorre na imprensa escrita”.

Mesmo assim Carlos Chagas reconhece que o atual governo ampliou a faixa de liberdade, mas ainda se espera a resposta das empresas que devem vencer o medo e a autocensura.

“Enquanto não chegar a democracia plena temos que contar com a boa vontade dos governantes — que são ilegíti-

mos porque não foram indicados pelo povo” disse o jornalista sobre o momento de condescendência que atualmente existe, especialmente aos jornais, para publicarem com maior liberdade. Mas mesmo aí analisou ele que, diariamente no Brasil são impressos e distribuídos 2 milhões e 500 mil jornais para uma população de 120 milhões de brasileiros. Destes 2 milhões e 500 mil jornais, retirando-se os jornais de sangue, de esportes, de variedades, os acomodados e que não ousam resistir, restará um total de aproximadamente 100 mil brasileiros a acompanharem, rotineiramente, os noticiários políticos, econômicos, sociais através dos jornais impressos.

95

JORNAL: <i>Opção do Povo</i>
Redator: <i>A.B.I</i>
<i>24</i> / <i>16</i> / <i>79</i> Estado <i>PR</i>

ça Pública
OLÍTICA E

MACÕES

CO

le imprensa ainda não é plena

permite tudo em termos de opressão à imprensa", explicou o jornalista. Especialmente as emissoras de rádio e televisão estão presas a "condicionamentos legais ou não e não exercitar liberdade plena, como algumas vezes já ocorre na escrita".
Mesmo assim Carlos Chagas reconhece que o atual ampliou a faixa de liberdade, mas ainda se espera a das empresas que devem vencer o medo e a auto-censura.
"Enquanto não chegar a democracia plena temos que contar com a boa vontade dos governantes — que são ilegítimos

porque não foram indicados pelo povo" disse o jornalista sobre o momento de condescendência que atualmente existe, especialmente aos jornais, para publicarem com maior liberdade. Mas mesmo aí analisou ele que, diariamente no Brasil são impressos e distribuídos 2 milhões e 500 mil jornais para uma população de 120 milhões de brasileiros. Destes 2 milhões e 500 mil jornais, retirando-se os jornais de sangue, de esportes, de variedades, os acomodados e que não ousam resistir, restará um total de aproximadamente 100 mil brasileiros a acompanharem, rotineiramente, os noticiários políticos, econômicos, sociais através dos jornais impressos.

Com uma visão assim, Carlos Chagas afirma que "Geisel se deu ao luxo de dar liberdade de imprensa" aos jornais impressos. No entanto a televisão que atinge 45 milhões de brasileiros, as emissoras de rádio, que atingem a aproximadamente 60 milhões ainda tem condicionamentos e não podem exercer liberdade plena.

Adiante, o jornalista afirmou que a "estagnação dos jornais é fruto da ditadura", mas que, "daqui para a diante o jornalismo tende a se expandir", bastando ver o número de jornais da imprensa alternativa e, mesmo as TVs e rádios estão se reciclando para um jornalismo mais efetivo.

95



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Gazeta do Povo*
Pasta *A.B.I*
Data *19/09/79* Estado *PR*

ABI inicia fórum

condenando a LSN

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

BRASILIA — (AJB/GP) — A condenação da doutrina de Segurança Nacional, o fim dos "pacotes" e de Leis de Exceção, o fortalecimento da Federação, e a participação popular nas decisões do Governo foram as principais idéias apresentadas ontem na abertura do fórum ABI — Congresso Nacional de Problemas Brasileiros, cujo primeiro tema foi a reforma democrática.

No Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, o Presidente do STF, Ministro Antonio Neder, o Presidente da Câmara, Deputado Flavio Marellio, o Presidente do Senado, Luis Vianna Filho, e alguns embaixadores, dentre outros ouviram as exposições feitas pelo Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, e os Senadores Franco Montoro (MDB-SP) e Murilo Badaró "biónico", de Minas Gerais.

Barbosa Lima Sobrinho acentuou a semelhança entre os regimes fascistas e os criados para a defesa da doutrina de Segurança Nacional, salientando dois aspectos: a curiosidade de a doutrina ter surgido depois de consolidadas tantas nações que dela prescindiram para prosperar, e o fato de que esta mesma doutrina constitui "artigo de exportação" dos Estados Unidos, que não serve para o cidadão norte-americano mas, sim, como instrumento de sua política externa.

Como sugestões a reforma democrática, o Presidente da ABI nomeou a revogação da Lei de Segurança Nacional, o retorno à justiça comum dos delitos de imprensa, o fortalecimento do Poder Legislativo, o fim da Lei Falcão e de quaisquer conjuntos legais sob a forma de "pacotes".

O Senador Murilo Badaró assinalou o vício do Executivo forte e sua presença sem contraste no império e na República, lembrando que o País sempre aguarda que esse poder dê o primeiro passo. Depois de assinalar que nos últimos 15 anos o autoritarismo foi acentuado, considerou que a reforma democrática deve partir da necessidade de conferir ao Congresso mecanismos político-apartidários do poder de iniciativa reformista.

FORTALECIMENTO

A democracia real, segundo entendimento de Badaró deve também se assentar na Justiça Social e na igualdade de oportunidades e valorização do trabalho, tendo como pano de fundo o fortalecimento da Federação, hoje "desfigurada, esmaecida e quase irreconhecível". Ele condenou o "braço tecnocrata" que asfixia a Federação, propondo também, com vistas à meta democrática, uma espécie de condomínio Legislativo, ou seja, os Estados legislariam sobre matérias hoje de competência provativa ou da União.

Como subproduto do fortalecimento da Federação, o Senador indireto considerou indispensável a livre escolha dos Governadores pelo povo, propiciando espaço para o surgimento de verdadeiras lideranças, além de uma reforma partidária profunda.

O Senador Franco Montoro, em sua exposição, afirmou que a comunidade é a idéia-força de uma política humanista, sendo que a alternativa comunitária deve ser encarada como uma nova ideologia. Ao criticar o atual modelo concentrador de riquezas e de poderes, ele assinalou que a descentralização se impõe e que o paternalismo governamental precisa ser substituído pela participação responsável da comunidade.

Como trincheiras dessa participação, Montoro citou: A Frente Municipalista e a Defesa da Autonomia dos Estados, o Movimento Sindical, a atuação das comunidades de base, Associação de Moradores, Comunidade Científica, Organizações da Juventude, Movimentos em Defesa da Empresa Nacional e da Agricultura, da Ecologia e dos Consumidores, Movimento Cooperativista e outras formas de participação Comunitária.

Considerou o Senador paulista que o atual processo político centralizador e autoritário estimula o enriquecimento e concentração de recursos em favor de pequenas minorias e de grandes empresas, inclusive multinacionais. E mostrou com dados que a participação da renda nacional mostra uma progressiva ampliação das desigualdades. Por essas razões, Montoro vê na intensa participação popular o melhor caminho para que seja atingida a meta democrática.

Na fase de debates, ocorrida logo após as exposições o Deputado Tarésio Delgado (MDB/MG) lamentou que a proposta da Constituinte não tivesse encontrado apoio nas três conferências.

96



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *do Brasil*

Pasta A.B.I

Data *27/09/79* Estado *RJ*

Estado c

NOM

FILIA

PROF

RESID

Petrônio apóia extinção da prisão na Lei de Imprensa

Brasília — A extinção da pena de detenção nos crimes previstos na Lei de Imprensa e a aplicação apenas da multa contra os que abusarem do exercício da profissão foram defendidas pelo Ministro Petrônio Portella, que concordou ainda com algumas opiniões do Deputado Israel Dias Novaes (MDB-SP), que pediu a revisão dos artigos 153 da Constituição e 49 e 50 da Lei de Segurança Nacional.

O Ministro da Justiça empossou, ontem, em seu gabinete, os membros do Conselho Superior de Censura, ao qual atribuiu a missão de defesa "não apenas da cultura em todas as suas manifestações de criação, mas também os valores sociais, que precisam também ter os seus defensores, a fim de que possamos viver numa consonância feliz".

Lei de Imprensa

O problema da Lei de Imprensa foi levantado, durante a cerimônia, pelo Deputado Israel Dias Novaes, presidente da Comissão de comunicações da Câmara, que saudou o Ministro da Justiça pela regulamentação e funcionamento do Conselho Superior de Censura, criado há 11 anos.

O Deputado sugeriu que, se aproveitando da perspectiva e maior abertura no campo da censura, o Ministro procurasse reexaminar também a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, "hoje considerada mais como lei de segurança do Governo". Propôs o reexame dos artigos 49 e 50 da LSN, bem como do 153 da Constituição, por serem dispositivos "que me parecem lesivos à cultura e aos seus interesses".

O Art. 49 prevê a suspensão por até 60 dias de jornal, revista, rádio ou televisão. O Art. 50 dá ao Ministro da Justiça o poder de apreender jornais, revistas, filmes, gravações e exercer outras medidas censórias sobre os órgãos de comunicação.

O Art. 153 da Constituição garante a livre manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, mas estabelece a censura aos espetáculos de diversões públicas e publicações que exteriorizem matéria contrária à moral e aos bons costumes.

Diante das opiniões do Deputado o Sr Petrônio Portella retomou a palavra para dar algumas explicações sobre "os fatos abordados ex-

tracensura", com muitos dos quais concorda, sobretudo em relação à Lei de Imprensa, na parte referente a penas e cadeia. No seu entender, "a melhor forma é a pena pecuniária: é melhor deixar o profissional em paz, mexendo apenas em sua bolsa".

Quanto aos outros artigos, sobretudo o 50 da LSN, disse que já teve oportunidade de conversar com figuras da imprensa, "liberais incuráveis", mostrando que o terror da lei corresponde a uma realidade sentida somente por aqueles que sentam à mesa de trabalho e que convivem com ela diariamente, acrescentando que "certos problemas devem ser equacionados pelo exame crítico, criterioso com relação à realidade, mas isso é assunto para outra oportunidade".

Outro orador da solenidade foi o representante da Associação Brasileira de Imprensa, Pompeu de Sousa, que mostrou a sua posição contrária à censura, "não apenas ao jornalismo, mas também no cinema".

Conselheiros

Dos 15 conselheiros que compõem o CSC, faltaram os representantes do Conselho Federal de Cultura, Adonias Filho; da Academia Brasileira de Letras, ainda não escolhido; e dois outros não designados.

A representação dos autores de radiofusão (Federação Nacional dos Radialistas) foi preenchido pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão.

Foram empossados os conselheiros: Ministério da Justiça, Octaviano da Costa Nogueira Filho; Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Guy M. de Castro Brandão; Empresa Brasileira de Filmes, Alcino Teixeira de Mello; Conselho Federal de Educação, Lafayette de Azevedo Conde; Ministério das Comunicações, Pedro Paulo Wandek de Leoni Ramos; Associação Brasileira de Rádio e TV, Cassiano Moraes Mendes; Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Arabela Rotta Chiarelli; Conselho Federal de Cultura, Adonias Aguiar Filho; Associação Brasileira de Produtores Cinematográficos, João Emílio Falcão; Associação Brasileira de Imprensa, Roberto Pompeu de Souza Brasil; Serviço Nacional de Teatro, Orlando de Miranda Carvalho; e Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, Daniel da Silva Rocha.

97



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Folha de São Paulo*
Pasta *A.B.I*
Data *04/10/79* Estado *SP*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Bezerra agradece
ABI pela anistia**

RIO (Sucursal) — O ex-deputado federal pelo PCB, Gregório Bezerra visitou ontem o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, para agradecer a participação da ABI na campanha pela anistia, graças à qual pôde retornar ao Brasil, após dez anos de exílio. "É com emoção que desejo manifestar a gratidão de todos os perseguidos políticos pela atuação dos jornalistas e de importantes instituições da sociedade civil na luta pela anistia e pelos direitos democráticos", disse Bezerra.

Barbosa Lima Sobrinho declarou que a ABI recebe com a maior alegria todos os beneficiados pela anistia, porque a liberação e o retorno dos presos políticos e dos exilados e banidos representa a vitória de uma causa que a entidade esposa há anos, quando sua assembléia geral aprovou a primeira moção em favor da anistia ampla, geral e irrestrita. A partir desse pronunciamento, todos os anos a assembléia geral dos jornalistas aprovou uma apelo neste sentido. "Ainda em 1978, lembrou Barbosa Lima, a ABI fez uma conclamação em favor da anistia em que sustentava: "Que se abram todos os cárceres. Que voltem os exilados. Que todos tenham o direito de participar da vida pública do País".

NO RECIFE

Bezerra voltará sábado ao Recife, desembarcando no aeroporto de Guararapes, onde será recebido por deputados federais.

A comissão de recepção colocou cartazes à venda, onde se lê o verso de cordel "Eis o homem feito de ferro e flores". No Recife, Bezerra ficará hospedado na casa do deputado Hugo Martins (MDB).

EXILADO RETORNA

Retorna amanhã a São Paulo, às 20 horas, em vôo da Varig, o ex-estudante de engenharia politécnica da USP, Valter Stevanato Vuolo, antigo presidente da Aurk, centro acadêmico do ex-Crusp, em 1967 e 1968. Vuolo foi preso em Ibiúna em 68 e asilou-se, depois do AI-5, no Chile e posteriormente em Costa Rica. Especialista em sistema de computação, deixará seu emprego na Organização Panamericana de Saúde, que fica em São José, Costa Rica.

98



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *do Estado do Paraná*
Pasta *A. B. I*
Data *12/10/79* Estado *PR*

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

Jornalista pede fim de ameaças no bojo da LSN

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

FLORIANÓPOLIS — “Não se discute a obrigação de o governo, num regime democrático, informar o povo de suas atividades e de suas diretrizes. Mas, em nome dessa comunicação governo-povo, não se pode aceitar que se implante, a nível federal, a indústria do “press-release”, disse ontem nesta Capital, durante a abertura da XII Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Ayrton Luiz Baptista.

O presidente da FNJ disse que o governo nos ameaça “com a criação de uma agência nacional de notícias que atenta contra o livre exercício da profissão, limita a liberdade de imprensa, limita a diversificação noticiosa dos veículos de comunicação social e atinge profundamente o já exaurido mercado de trabalho, nos grandes e pequenos centros”.

Ayrton Baptista pediu que “se devolva à Justiça do Trabalho o poder normativo”; que a “febre legiferante, que se verifica por parte do Poder Executivo, encontre lugar para reformulações de dispositivos que negam a pregação democrática do próprio governo” é, entre outras coisas, que “se retire da Lei de Segurança Nacional tudo que ameaça o trabalho profissional e deprime o exercício da nossa atividade”.

CONQUISTAS

Eis o pronunciamento do presidente da FNJ:

“No campo estritamente profissional, conseguimos o decreto n.º 83.284, de 13 de março, culminando uma luta de quase dez anos, atendendo antigas reivindicações, redefinindo aspectos até então pouco claros da nossa regulamentação. E, curiosamente, na medida em que obtivemos essa vitória, plataforma expressa por várias diretorias, também sente-se a abertura de um leque para novos debates na busca permanente de um aperfeiçoamento e adequação do exercício profissional para, não fugindo do aspecto global, observar as condicionantes regionais, fato que desperta a nossa atenção, a atenção da categoria e que bem pode servir de exemplo para outros setores profissionais. (...)”

“Ameaçam-nos com a criação de uma agência nacional de notícias, que atenta contra o livre exercício da profissão, limita a liberdade de imprensa, limita a diversificação noticiosa dos veículos de comunicação social e atinge profundamente o já exaurido mercado de trabalho, nos grandes e pequenos centros.

Coincidentemente, na área oficial e com a transformação da Agência Nacional em Empresa Brasileira de Notícias, começam as redações de jornais a receber noticiário dirigido pelos organismos governamentais. Não se dis-

a participação neste novo panorama, como se não estivessemos, através desses anos todos, identificados com os anseios nacionais, como se não tivéssemos uma presença permanente nas causas democráticas.

“É sempre bom repetir: se vivemos hoje momentos de expectativa pelo restabelecimento das práticas democráticas em sua inteireza, muito acentuada foi a contribuição da imprensa; se está em andamento um processo de diálogo, lamentavelmente esquecido por anos, a participação pioneira do profissional de imprensa deve ficar registrada para a posteridade.

LEI DE SEGURANÇA

“A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais tem certeza de que esta XII Conferência Nacional oferecerá elementos do mais alto sentido democrático para serem levados à apreciação daqueles aos quais incumbe, no Executivo e no Legislativo, encaminhar soluções que não conflitem com o interesse nacional.

“Assim, esperamos que se devolva à Justiça do Trabalho o poder normativo, incentivando-se a negociação direta entre empregados e empregadores. Uma reforma completa na Consolidação das Leis do Trabalho se torna urgente, escoimando de seu bojo dispositivos conflitantes com a ordem democrática, e que, por absurdo que pareça, regé a

vida trabalhista e sindical há mais de 35 anos.

“Esperamos que a febre legiferante, que se verifica por parte do Poder Executivo, encontre lugar para reformulações de dispositivos que negam a pregação democrática do próprio governo. Que se retire da Lei de Segurança Nacional — como já temos acusado em tantas oportunidades — tudo que ameaça o trabalho profissional e deprime o exercício da nossa atividade.

“Vivemos, é verdade, um momento de euforia. Colocando-nos, como é de nosso feito e obrigação, acima das questões puramente partidárias, que respeitamos, mas não temos porque endossar, por constituirmos entidades apartidárias — colocando-nos na condição de críticos da realidade brasileira, é justo que se reconheça que novos tempos se anunciam.

“Brasileiros de todos os matizes estão readquirindo o hábito da participação. Há uma verdadeira corrida em busca do diálogo e do debate. Há indícios de que chegaremos a um estado de pluralismo, que reflita as várias tendências democráticas da nacionalidade.

“É necessário, portanto, que os assuntos da mais alta importância para os diversos segmentos, ou para toda a sociedade brasileira, sejam debatidos com clareza”.

99

capítulo "O exercício de nossa atividade".

ordem democrática, e que, por sociedade brasileira, sejam absurdos que pareça, rege a debatidos com clareza".

CONQUISTAS

Eis o pronunciamento do presidente da FNJ:

"No campo estritamente profissional, conseguimos o decreto n.º 83.284, de 13 de março, culminando uma luta de quase dez anos, atendendo antigas reivindicações, redefinindo aspectos até então pouco claros da nossa regulamentação. E, curiosamente, na medida em que obtivemos essa vitória, plataforma expressa por várias diretorias, também sente-se a abertura de um leque para novos debates na busca permanente de um aperfeiçoamento e adequação do exercício profissional para, não fugindo do aspecto global, observar as condicionantes regionais, fato que desperta a nossa atenção, a atenção da categoria e que bem pode servir de exemplo para outros setores profissionais. (...)

"Ameaçam-nos com a criação de uma agência nacional de notícias, que atenta contra o livre exercício da profissão, limita a liberdade de imprensa, limita a diversificação noticiosa dos veículos de comunicação social e atinge profundamente o já exaurido mercado de trabalho, nos grandes e pequenos centros.

Coincidentemente, na área oficial e com a transformação da Agência Nacional em Empresa Brasileira de Notícias, começam as redações de jornais a receber noticiário dirigido pelos organismos governamentais. Não se discute a obrigação de o governo, num regime democrático, informar o povo de suas atividades e de suas diretrizes. Mas, em nome dessa comunicação governo-povo, não se pode aceitar que se implante, a nível federal, a indústria do "press-release". Este processo, além de outros aspectos da mais alta importância, pelas implicações da matéria confeccionada em gabinetes governamentais, restringe a oferta de trabalho, a curto ou a médio prazos, atendendo de maneira clara os interesses empresariais, em prejuízo, como sempre, do profissional da categoria.

E o que se dizer da pretendida reforma da Consolidação das Leis do Trabalho, do projeto de mudanças na política salarial e tantas outras intenções legiferantes que se vêm manifestando nos últimos meses? Sobre tudo já temos tido oportunidade de nos manifestar. Mas o nosso grande palco é Florianópolis, de onde vão surgir posições que refletirão o pensamento dominante na classe.

EXPECTATIVA

"Observa-se o fortalecimento das entidades sindicais, na medida em que, depois de um trabalho pertinaz, readquirem a sua exata importância como elementos de reivindicação. Os jornalistas brasileiros, nos Estados e a nível nacional, têm marcado suas posições face ao momento nacional. É o sindicalismo que todos desejamos, voltado para os interesses da grande massa trabalhadora, sem engajamento político, senão aquele natural para a defesa dos interesses do profissional.

"Diante dessa nova realidade brasileira, cresce a nossa responsabilidade. Cobram-nos

99



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL	<i>Estado do Paraná</i>
Part	<i>A. B. I.</i>
Data	<i>12 / 10 / 79</i> Estado <i>PR</i>

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Jornalista, prisão e morte

João Féder

"Para fazer um homem mau é bastante obrigá-lo a respirar com os maus".
(Aluisio Azevedo)

"Se concordamos que a liberdade é um bem inato ao homem; se concordamos que a livre manifestação do pensamento sobressai entre as demais liberdades e que ela efetivamente só existe onde existe liberdade de imprensa; se concordamos que é função da lei encontrar o ponto de equilíbrio em que se possa, a um só tempo, exigir responsabilidade sem violar o princípio da liberdade; se concordamos que, essencialmente instrumentais, as leis podem e, mesmo, devem ser modificadas, atendendo às circunstâncias de tempo e lugar, numa evolução harmônica e construtiva; se concordamos que o júri e a prisão não são instrumentos eficazes para o combate e a prevenção dos crimes de imprensa; se concordamos que, acima do interesse de subtrair ao mau jornalista a liberdade pessoal, há o interesse social de despojá-lo da arma que guarda em seu poder; se concordamos que as escolas de jornalismo podem constituir a ante-sala de triagem para selecionar os candidatos à profissão; se concordamos que, uma vez no exercício da atividade profissional, o jornalista irresponsável pode ser dela

afastado pela aplicação da pena de suspensão dos direitos profissionais ou da sua própria inabilitação profissional; se, finalmente, concordamos que esse novo quadro pode elevar a qualidade humana da imprensa estamos de acordo, então, de modo inelutável, que a pena de prisão, tal qual existente na legislação brasileira, não é a que se recomenda para os crimes cometidos por jornalistas."

Eis o que escrevi, desenvolvi, assinei, apresentei como tese e a Imprensa da Universidade Federal do Paraná transformou em livro no ano de 1965. Vamos convir, idéia audaciosa para uma época em que, ainda efervescente, o movimento revolucionário de 1964 voltava os seus olhares precisamente para os jornalistas, tomando como primeira providência abolir o júri de imprensa, o que foi feito pelo Ato Institucional n.º 2.

Mais audaciosa ainda, se considerarmos que a lei que sobreveio em 1967 não apenas conservara a pena de prisão para os crimes da comunicação social como aumentara sensivelmente a sua graduação. A partir daí o jornalista já ficava sujeito até a 10 anos de reclusão. E ainda mais audaciosa se lembrarmos que, nesse mesmo ano, os abusos na manifestação do pensamento passaram a integrar o elenco da Lei de Segu-

rança Nacional, nada menos do que como agravantes de criminalidade. E idéia, finalmente, tão mais audaciosa, e por isso certamente digna de ser sepultada, quando se vê que, nessa mesma lei, julgando-se que a só pena de prisão não resolvia o problema adotou-se uma nova solução, punindo-se o jornalista até com sua eliminação, com a pena de morte. Estava, pois, resolvida a questão. Assim como a guerra resolve as divergências entre as nações, assim como a bomba atômica resolve o problema da guerra, assim como a eutanásia põe fim à crise do enfermo.

Incrível essa metamorfose. O jornalista, ele de quem a própria nação havia feito um privilegiado que não pagava imposto de renda, que gozava de substancial desconto nas viagens aéreas e tinha outros benefícios, não só perdia todas as vantagens mas passava, também correr o risco de enfrentar um pelotão de fuzilamento.

Creio ter lido em Arnold Toynbee que a moral dos povos obedece determinados ciclos inexoráveis, que estamos em plena devassidão e que ela aumentará até um climax quando se iniciará um novo ciclo, este do mais severo puritanismo. Curioso como essa teoria se aplica ao jornalista brasileiro. Foi preciso que para

ele se julgasse necessária a pena de morte, ou seja a máxima injustiça, o total retrocesso, para que, num novo ciclo, se abrisse a perspectiva do advento da plena justiça, com uma legislação digna da consciência moderna.

Imagine-se, por tudo isso, com que espanto, depois de quase três lustros, deparei com a notícia intitulada "Petrônio apóia extinção da prisão na Lei de Imprensa". (A minha tese se chamou "Da extinção da pena de prisão nos crimes de imprensa".) Sim, informação oficial, anunciada pelo próprio ministro da Justiça, ele que, pelo Artigo 63 da Lei de Imprensa e Artigo 50 da Lei de Segurança Nacional, exerce, sobre a comunicação social do país, poderes verdadeiramente ditatoriais. Dir-se-á que pouco os usa, o que, todavia, não desfigura a natureza totalitária do dispositivo.

Não importa que haja divergência na tese que sustentei há 14 anos e aquela que o ministro da Justiça preconiza hoje - a minha idéia é suprimir igualmente a multa que o ministro sugere como pena justa.

Por qualquer forma é animador saber-se que o novo governo começa a detectar algumas das injustiças com que a legislação trata os profissionais da comunicação e se revela propenso a corrigi-las.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: <i>Estado do Paraná</i>
Partido: <i>A.B.I</i>
Data: <i>19/10/79</i> Estado: <i>PR</i>

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Liberdade de imprensa

PORTO ALEGRE (AE - O ESTADO) - A liberdade de imprensa estará em debate hoje e amanhã, em Porto Alegre, durante o II Congresso Nacional de Liberdade de Imprensa, com a presença de representantes de todos os Sindicatos de Jornalistas Profissionais do País, da Federação Nacional de Jornalistas, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade e Associação Brasileira de Imprensa. Os conferencistas serão o bispo Dom Antonio Cheuiche, o jornalista Pompeu de Souza, o economista Walter Barelli e o promotor público Hélio Bicudo, que falarão sobre "Igreja, Sociedade e Imprensa", "Desenvolvimento Político e Liberdade de Expressão", "O Poder e o Acesso à Informação" e "Imprensa e Estado de Direito".

O jornalista Antonio Oliveira, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, organizador do Congresso, explicou que o objetivo é proporcionar aos jornalistas uma análise mais profunda das suas responsabilidades dentro do atual momento político, razão pela qual foram convidados a participar os mais variados segmentos da sociedade em geral. "A sessão preparatória do encontro será hoje, na sede do Sindicato, e as demais na Vila Bethania, local de retiro da Cúria Metropolitana.

101



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Comunidade de Notícias*

Pastor A.B.J.

Data *17.10.79* Estado *PR*

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Jornalista exige o fim da exceção

Porto Alegre - Ao final do II Congresso Nacional pela Liberdade de Imprensa, ontem em Porto Alegre, foi divulgada a "Carta de Resistência" dos jornalistas brasileiros, que exige a revogação de toda a legislação de exceção, "em particular da Lei de Segurança Nacional e de Imprensa".

No documento é afirmado "o compromisso de luta contra a prepotência e o arbítrio, que impõem aos jornalistas exigir que o governo se responsabilize publicamente pelo destino dos companheiros desaparecidos, Elson Costa, David Capistrano, Mário Alves, Hiran de Lima Pereira, Luiz Maranhão Filho, Jaime Amorim Miranda, Walter Ribeiro, Orlando Bonfim Jr. e Nestor Veras. E preste contas às suas famílias e à Nação informando se estão vivos ou mortos".

Os jornalistas se posicionaram contrários à criação da Empresa Brasileira de Notícias, que "como instrumento do governo, poderá se transformar em mecanismo de controle e manipulação de informações em proveito do Poder Executivo e do regime de exceção, cujos interesses sabidamente não coincidem com as aspirações da sociedade".

Além de defender a livre organização partidária, sem exclusão de

qualquer corrente política ou tendência ideológica, a "Carta de Resistência" também reivindica anistia ampla, geral e irrestrita para a liberdade de todos os presos políticos, "eleições diretas em todos os níveis, repudiando quaisquer prorrogações de mandatos e convocação de assembléia nacional constituinte livre e soberana".

Em palestra durante a manhã, o diretor técnico do Dese, Walter Barelli, disse que as publicações oficiais sobre o custo de vida "mascaram a realidade" e que os trabalhadores, incluídos os jornalistas, devem procurar informar-se e obter maior disponibilidade de dados sobre o funcionamento de suas empresas, para assim "quebrar a ideologia do poder de comando dos empresários brasileiros".

O Congresso aprovou moção de apoio e solidariedade "aos companheiros de Conceição do Araguaia", encaminhada pelo Sindicato dos Jornalistas de Juiz de Fora (MG) denunciando coações sofridas pela Igreja quando ao deixar de fazer alianças com os poderosos, "seus agentes leigos, padres e bispos, são perseguidos e ameaçados pelos representantes destes grupos que hoje estão no poder".

102



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Opinista de Lovo*
Peter A B!
Data *17/10/79* Estado *PR*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Assinado acordo dos jornalistas

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e as empresas proprietárias de jornais e revistas assinaram, em reunião realizada ontem à tarde na sede da Delegacia Regional do Trabalho, o novo acordo coletivo de trabalho que vigorará nos próximos 12 meses. A partir de primeiro de outubro, as empresas ficaram obrigadas a observar os salários de 12.533 cruzeiros para redator, 12.175 cruzeiros para noticiarista (copy desk), 11.818 para repórter e repórter fotográfico, e 11.460 para repórter de setor, revisor, diagramador, ilustrador e arquivista-pesquisador. Aos profissionais que percebem salários superiores ao mínimo fixado ficou assegurado um reajuste não inferior ao índice oficial do Governo.

Aos exercentes de cargos de chefia, tais como secretário, subsecretário, chefe de reportagem, chefe de Departamento Fotográfico, chefe de revisão e editor, as empresas pagarão uma gratificação equivalente a 75 por cento do salário da função, vantagem esta a ser implantada ao substituto sempre que o titular, por força de férias, licença ou qualquer afastamento legal, se veja obrigado a ausentar-se da função gratificada. Ao estagiário ficou assegurado um salário nunca inferior a 50 por cento do valor fixado para a função de repórter de setor e o direito de perceber salário profissional a partir do momento em que conclua o estágio e que utilizar seu próprio equipamento a serviço da empresa será concedido um adicional de 35 por cento sobre o seu salário efetivo, sendo que esta obrigação não se submeterá à empresa que fornecer o equipamento, podendo esses casos constar do contrato de trabalho celebrado com o profissional. O documento assinado garantiu à empregada gestante a estabilidade provisória de 30 dias, contados do término do período de afastamento compulsório e, por solicitação do sindicato, as empresas se comprometeram a liberar três diretores, um por empresa, sem prejuízo de seu salário efetivo, perdendo, no entanto, caso seja comissionado, a respectiva gratificação de cargo, pelo tempo em que permanecer a disposição do sindicato. Finalmente, o acordo concede um adicional de 50 por cento sobre o salário-base aos funcionários que completarem 25 anos de permanência na mesma empresa.

103

JORNAL: Folha de São Paulo
P. A. B. I.
Data 13/11/79 Estado SP

Jornalistas criticam lei

RIO (Sucursal). — Os jornalistas Luis Alberto Bitencourt e Francisco Martins Pinto, diretores da empresa Margem S/A e editores do jornal "Reporter", protestaram ontem contra a faculdade que a Lei de Imprensa concede ao Ministério da Justiça em apreender publicações, causando prejuízos irreversíveis.

O protesto é devido à apreensão da última edição do semanário por ordem do ministro da Justiça, Petrólio Portela, sob alegação de que a publicação ofendeu a moral e os bons costumes com matéria sobre espetáculo feito por mulheres nuas numa boate de Copacabana. Para eles, o conceito de "ofensas a moral e os bons costumes" é muito maleável e se presta a manipulações políticas contra os jornais de oposição, sendo ainda discutível sua definição por uma pessoa apenas".

Esclarecendo que não desejam o fechamento da boate que apresenta as mulheres nuas, os jornalistas observaram a incoerência do ato ministerial, pois enquanto as boates e revistas mostrando posições sexuais podem ser vistas, foi proibido ao Teatro Oficina, em Brasília, que continuasse com uma peça em que atores aparecem nus.

Os jornalistas pretendem fazer suas defesas caso o ministro Portela represente no TFR contra eles.

104

Ainda sem prazo a revisão da Lei de Imprensa

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

A revisão da atual Lei de Imprensa está nos planos do governo, mas não existe prazo previsto para que as primeiras medidas sejam adotadas nesse sentido, conforme admitem fontes do Palácio do Planalto. Acrescentaram que esta já era intenção do ex-presidente Geisel, tendo o ex-ministro Petrônio Portella se encarregado de levantar o assunto.

Um dos objetivos do governo é retirar da Lei de Segurança Nacional as pe-

nalidades previstas para os chamados crimes de imprensa, os quais serão definidos dentro de uma legislação específica, para cuja elaboração serão chamados a colaborar representantes das entidades da classe. O governo considera, inclusive, segundo os mesmos informantes, que a lei vigente tornou-se demasiado rígida e em descompasso com o processo de abertura democrática. Atuando livre da censura e das ameaças implícitas nos regimes autoritários, não seria coerente que a imprensa tivesse seus eventuais deslizes submetidos a leis extremamente rigorosas incluídas na legislação de Segurança Nacional.

Ameaça anônima

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal encaminhou ontem ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, denúncia de que o jornalista Carlos Alberto de Almeida, da sucursal de *O Estado de Minas* em Brasília, está so-

frendo ameaças anônimas pelo telefone. O sindicato entregou "a garantia da segurança do jornalista" ao ministro Abi-Ackel, já que as "maldisfarçadas vozes da anti-democracia" insinuam que Almeida "sofrerá um acidente".

JORNAL: *do Brasil*
P. *A.B.1*
Data *12/01/80* Estado *RJ*

Governo envia ao Congresso uma Lei de Imprensa mais branda para poder aplicá-la

Brasília — O Presidente João Figueiredo acha necessário enviar ao Congresso Nacional projeto de lei mudando a atual Lei de Imprensa, visando a adequá-la à abertura política. O assunto ainda não está definido mas a mudança será feita a partir de um anteprojeto elaborado na Administração do Ex-Presidente Ernesto Geisel.

O objetivo do Governo é desvincular os chamados "crimes de imprensa" da Lei de Segurança Nacional, que prevê penas tão rígidas que acabam não sendo aplicadas. Com as alterações a serem propostas, as autoridades pretendem também tornar mais rápida a tramitação do processo, de forma a permitir a real aplicação da legislação ordinária.

MUDANÇAS

O próprio Presidente Figueiredo determinou que os órgãos oficiais não adotassem medidas fora do espírito da abertura, mantendo-se estritamente dentro dos limites da Lei. A mudança da Lei de Imprensa atende, pois, a dois objetivos: Adequar este diploma legal aos novos tempos da abertura e evitar

que eventuais abusos possam ser obstados pela força da Lei.

O **modus operandi** que o Governo pretende é estabelecer pesadas multas a jornalistas e jornais nos casos comprovados de matérias falsas ou atentatórias à moral e aos bons costumes. Com isso, segundo o pensamento corrente no Palácio do Planalto, evitaria tratar os crimes de imprensa quase sempre como um caso de polícia.



Secretaria de Segurança Pública

DIRETORIA DA POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL Folha de São Paulo
Pasta A.B.T.
Data 20/01/80 Estado SP

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO

Mudança na lei, pedem militares

DATA, / /

- 1 ASSUNTO
- 2 ORIGEM
- 3 CLASSIFICAÇÃO
- 4 DIFUSÃO
- 5 REFERÊNCIA

BRASÍLIA (Sucursal) —
Os militares desejam a reformulação da Lei de Imprensa, principalmente no sentido da redução das penas previstas, para facilitar a sua aplicação. Essa é a impressão colhida nos meios militares desta capital e que tem como objetivo primordial "cobrar uma maior responsabilidade dos responsáveis pelas notícias no País".

Afirma-se ainda nos meios militares que o presidente Figueiredo, estaria disposto a agilizar as reformulações na Lei de Imprensa, e, inclusive, já teria confidenciado a oficiais generais, que gozam de sua intimidade, a iminente transformação desse dispositivo, provavelmente no próximo semestre.

O pensamento corrente na área militar é o de que, no processo de democratização do País, é necessário estabelecer, com nitidez, os direitos e obrigações dos cidadãos e, no que se refere especificamente aos meios de comunicação social, seria necessário cobrar, de quem faz a notícia, a verdade dos fatos, sem qualquer manipulação.

As chamadas "patrulhas ideológicas", que estariam instaladas nas redações dos órgãos de imprensa, são cada vez mais discutidas nos meios militares. Essas discussões ganharam ênfase após o discurso do general Samuel Alves Correa, durante a passagem de chefia do Estado Maior das Forças Armadas. Nessa oportunidade, Alves Correa referiu-se a infiltrações na imprensa, com objetivos ideológicos que exerceriam censura conforme as suas convicções políticas.

O discurso do atual embaixador do Brasil no Iraque tem servido como um marco da posição dos militares sobre o assunto, notadamente nas passagens em que o general se refere à capacidade da imprensa em mobilizar a opinião pública. "Os meios de comunicação — disse o general na época — possuem capacidade incomensurável de exercer real influência na formação da opinião pública, de orientar os cidadãos para esta ou aquela direção; de agrupá-los em torno do governo ou contra ele; de contribuir para o bem ou para o mal".

107

Lei de Imprensa pode mudar

Da sucursal de BRASÍLIA

O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, admitiu ontem a revisão da Lei de Imprensa "em seus dispositivos contratórios ou ultrapassados", desde que não se restrinja a liberdade de informação, e rebateu, indiretamente, as críticas "genéricas" do jurista Viana de Moraes à Lei de Segurança Nacional.

Abi-Ackel procurou evitar comentários sobre o plano de combate à violência entregue terça-feira pelo professor Viana de Moraes, em que é proposta a compatibilização da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional ao Estado de Direito.

"A lei de segurança é um

amontoado ausente de técnica, incompatível com o patrimônio de direitos do homem", disse Viana de Moraes ao entregar o plano a Abi-Ackel que, ontem, afirmou: "Em matéria tão delicada como a LSN, acho que as formulações que lhe digam respeito devem-se revestir de aspectos muito específicos, muito diretos, artigo, parágrafos e situações por ela contempladas, a fim de não colocá-la inteiramente sob suspeição".

O ministro da Justiça esclareceu que sua proposta de "federalização" das penitenciárias não significa ingerência da União nos negócios dos Estados, mas a unificação de normas de tratamento penal no País, providência reclamada

por penitenciaristas, criminólogos e especialistas em biotipologia criminal, que Abi-Ackel também considera indispensável.

A sistematização dessas normas, segundo Abi-Ackel, poderá evoluir para um código de execução penal e de pedagogia penitenciária, que ainda se encontram fragmentados nos diversos estabelecimentos do País. Os três projetos de código de execução penal existentes serão anexados ao relatório dos juristas por determinação do ministro da Justiça, para "a unificação das experiências regionais e melhor eficiência no tratamento e reeducação dos presos, mas jamais para tirar dos Estados a competência sobre o assunto".

JORNAL O Estado de São Paulo
 Le A. B. I.
 Data 14.02.80 SP

ABI estranha o enquadramento de jornalistas

Da sucursal do
RIO

A Associação Brasileira de Imprensa — ABI, em nota distribuída ontem e assinada pelo seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho, manifestou sua estranheza diante da "denúncia e a sentença que deixam de lado a Lei de Imprensa e a própria Lei de Segurança Nacional", enquadrando-se os jornalistas Hélio Fernandes, Hélio Fernandes Filho, Paulo Branco e Alaim Araújo, da *Tribuna da Imprensa*, em dispositivos do Código Penal Militar por artigo publicado naquele jornal.

Embora ressalvando que não endossa "acusações que só tem motivos para rejeitar, à vista dos desmentidos categóricos divulga-

dos", a nota da ABI diz considerar, no entanto, um dever "em face do seu estatuto, pronunciar-se no sentido de estranhar a denúncia e a sentença" de enquadramento dos jornalistas no Código Penal Militar. Lembra ainda a entidade que não pode "silenciar em face do abandono da responsabilidade sucessiva, essencial ao regime dos delitos de imprensa, para adoção de conceito de cumplicidade presumida, que não leva em conta nem a participação, nem o conhecimento do ato que se deseja punir, tanto que envolve na denúncia o jornalista Hélio Fernandes que, no momento da publicação do artigo que serve de base à denúncia, estava em viagem na Europa, em visita ao território da Espanha".

JORNAL: *Obstáculos de Paraná*
P. A. B. J.
07/03/80 *PL*

Obstáculos de Paraná

ABI defende "Tribuna"

RIO (AE — O ESTADO) — A propósito do enquadramento dos jornalistas Hélio Fernandes, Délio Fernandes Filho, Paulo Branco e Alaim Araujo, da "Tribuna da Imprensa", em dispositivos do Código Penal Militar, a Associação Brasileira de Imprensa distribuiu ontem a seguinte nota, assinada por seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho:

"A Associação Brasileira de Imprensa, não endossando acusações que só tem motivos para rejeitar, à vista dos desmentidos categóricos divulgados, considera de seu dever, em face de seu estatuto, pronunciar-se no sentido de estranhar a denúncia e a sentença que deixam de lado a Lei de Imprensa e a própria Lei de Segurança Nacional, para submeter delitos de imprensa ao Código Penal Militar, também não pode silenciar em face do abandono da responsabilidade sucessiva essencial

ao regime dos delitos de imprensa, para adoção do conceito de cumplicidade presumida, que não leva em conta nem a participação, nem o conhecimento do ato que se deseja punir; tanto que envolve na denúncia o jornalista Hélio Fernandes que, no momento da publicação do artigo que serve de base à denúncia, estava em viagem na Europa, em visita ao território da Espanha.

Espera a ABI que, no decurso da ação, haja oportunidade para aplicação das leis que regulam os delitos de imprensa, com a devida apuração de intenções que caracterizem, e comprovem, responsabilidades reais e efetivas. Estamos, felizmente, num regime de abertura democrática, em que um dos postulados essenciais é assegurar a liberdade da imprensa, sujeita à responsabilidade definida e caracterizada nas leis específicas em vigor".

1/11

JORNAL: *do Brasil*

P. A B 1

Data *14 02/80* Estado *RJ*

Coisas da política

FALTA pouco tempo para que o Planalto venha a lançar no Congresso a bandeira da reforma da Lei de Imprensa. Trata-se de um texto antigo, preparado na febre constituinte do pacote de abril, em 1977. E, à época, colocado na gaveta pelo Presidente Ernesto Geisel. A estrutura da nova lei é simples. As penas deixarão de ser temidas pela ameaça de cadeia e ameaçarão com pesadas multas. Além disso, os processos ganharão um rito especial, veloz e fulminante.

O Governo acha que com isso melhorará os usos e maus costu-

mes no sistema de comunicações brasileiro. Engana-se. Patrocinará alguns casos explosivos e, em poucos anos, essa lei ficará como letra morta, exatamente como vem sucedendo desde 1824, quando o Deputado Gonçalves Ledo tentou votar o primeiro projeto destinado a conter "os abusos da imprensa".

Como o projeto ainda está na incubadeira e como mais importante que discutir o texto do Governo é discutir a própria questão da liberdade de imprensa, é o caso de se lançar à mesa uma sugestão aparentemente esdrúxula: a

de não haver lei alguma. Pode parecer uma proposta utópica, mas um pouco de compreensão demonstrará que se trata de hipótese bem mais realista que a ideia de mudar os fatos através de leis.

Não há crime capaz de ser cometido através da imprensa que não esteja definido e enquadrado no Código Penal e nas leis vigentes. A calúnia, a infâmia, a extorsão e a utilização de mentiras para a obtenção de proveito pessoal ou político, são crimes em si. Por mais que a civilização ocidental tenha quebrado a cabeça, ja-

mais se conseguiu reprimir esses crimes na imprensa através de leis específicas sem, de uma forma ou de outra, arranhar o princípio da liberdade de expressão. O único país onde essa trombada não ocorreu vem a ser os Estados Unidos, simplesmente porque não tem lei para regular a liberdade de expressão. Um jornalista que calúnia vai para a cadeia porque calúnia, e iria mesmo que não tivesse impresso sua calúnia.

Se o Governo tiver humildade para perceber que sua lei não vai dar em coisa alguma (e é o caso de se lembrar que, no fim da linha

dessas leis que não dão em nada há sempre um reaparecimento censura), pode-se trabalhar so um modelo sem lei específica, ta que se dê aos processos movidos por afirmações impressas uma tramitação veloz dentro de uma legislação convencional. Essa legislação veloz teria duas vantagens.

A primeira, julgando a ofensa. A segunda, permitindo que o processo chegasse o mais depressa possível ao Supremo Tribunal Federal que, através de suas sentenças, estabeleceria um de doutrina para as questões

A Imprensa precisa não ter lei alguma

Elio Gaspari

112

A Imprensa precisa não ter lei alguma

Elio Gaspari

o sistema de comunicações
iro. Engana-se. Patrocina-
guns casos explosivos e, em
os anos, essa lei ficará como
morta, exatamente como
sucendendo desde 1824, quan-
Deputado Gonçalves Ledo
votar o primeiro projeto
nado a conter "os abusos da
rensa".

omo o projeto ainda está na
badeira e como mais impor-
e que discutir o texto do Go-
io é discutir a própria questão
berdade de imprensa, é o ca-
e se lançar à mesa uma sugges-
aparentemente esdrúxula: a

de não haver lei alguma. Pode
parecer uma proposta utópica,
mas um pouco de compreensão
demonstrará que se trata de hipó-
tese bem mais realista que a idéia
de mudar os fatos através de leis.

Não há crime capaz de ser co-
metido através da imprensa que
não esteja definido e enquadrado
no Código Penal e nas leis vigen-
tes. A calúnia, a infâmia, a extor-
são e a utilização de mentiras
para a obtenção de proveito pes-
soal ou político, são crimes em si.
Por mais que a civilização ociden-
tal tenha quebrado a cabeça, ja-

mais se conseguiu reprimir esses
crimes na imprensa através de
leis específicas sem, de uma forma
ou de outra, arranhar o princípio
da liberdade de expressão. O úni-
co país onde essa trombada não
ocorreu vem a ser os Estados Uni-
dos, simplesmente porque não tem
lei para regular a liberdade de
expressão. Um jornalista que ca-
lúnia vai para a cadeia porque
calúnia, e iria mesmo que não
tivesse impresso sua calúnia.

Se o Governo tiver humildade
para perceber que sua lei não vai
dar em coisa alguma (e é o caso de
se lembrar que, no fim da linha,

dessas leis que não dão em nada,
há sempre um reaparecimento da
censura), pode-se trabalhar sobre
um modelo sem lei específica. Bas-
ta que se dê aos processos motiva-
dos por afirmações impressas
uma tramitação veloz dentro da
legislação convencional. Essa le-
gislação veloz teria duas vanta-
gens.

A primeira, julgando a ofensa.
A segunda, permitindo que o pro-
cesso chegasse o mais depressa
possível ao Supremo Tribunal Fe-
deral que, através de sucessivas
sentenças, estabeleceria um corpo
de doutrina para as questões que

envolvem a liberdade de ex-
pressão.

A entrada do Supremo na ope-
ração expõe a componente fac-
ciosa que o Governo sempre car-
rega consigo. Afinal, não há go-
verno que tenha processado um
infame mentiroso que o elogia. E
se isso fosse pouco, lucrariam to-
dos os envolvidos, pois os jornalis-
tas, a partir da fixação do Supre-
mo como árbitro, deixariam de
ser presos e soltos por leis conce-
bidas pelo Executivo, mas seriam
julgados a partir de um corpo
doutrinário de princípio, e inde-
pendente.

Elio Gaspari é diretor-adjunto da revista Veja.

JORNAL: *O Est. São Paulo*
P. *A. B. I.*
Data *22/03/80* Estado *SP*

A liberdade de imprensa no Brasil

É a seguinte a íntegra do relatório da Comissão de Liberdade de Imprensa da Associação Interamericana de Imprensa sobre a situação no Brasil:

"Na prática existe a liberdade de imprensa, no Brasil, embora continuem vigentes várias leis que acabam por restringir essa liberdade, como a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e o Decreto-Lei número 1.070.

A permanência destas normas restritivas, cuja modificação ou revogação não tem sido até o momento parte integrante do processo de abertura política que vive o país, propõe uma situação de insegurança e cria inquietudes aos meios de informações.

Essa preocupação é justificada, além disso, por algumas intenções em torno de uma revisão da Lei de Imprensa instau-

rada pelo Ministério da Justiça, aparentemente inocente, mas que, no substancial, estava dirigida a acentuar ou ao menos ratificar as restrições legais existentes.

Essa intenção, entretanto, não teve seqüência devido às denúncias feitas pela imprensa.

Outros fatos como as denúncias contra o diário *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, e o jornal mensal *Coojornal*, da Cooperativa de Jornalistas do Rio Grande do Sul, pela publicação de artigos considerados ofensivos pelas forças armadas, em primeiro, e por divulgar informações confidenciais, em segundo; a detenção e traslado a outro estado de um correspondente de *O Estado de S. Paulo*, que denunciou subornos e cumplicidade policial em atos de contrabando e a quem se exigiu a divulgação das fontes de in-

formação, e, por último, a apreensão de um semanário que dias antes publicara caricaturas do presidente da república, acentuam esse estado de insegurança e permitem concluir que a vigência da liberdade de imprensa no Brasil não será plena enquanto não forem revogadas as normas restritivas citadas".

Recorda-se ainda que, conforme decisão tomada pela junta diretora do organismo, o presidente Figueiredo recebeu ontem uma solicitação da SIP para que "propicie a anulação de todos os dispositivos jurídicos lesivos à liberdade de imprensa"; "suspenda os traslados e detenções arbitrárias de jornalistas"; "impeça o confisco arbitrário de material noticioso", e que "passe da justiça militar para a justiça civil os processos contra os jornalistas da *Tribuna da Imprensa* e do *Coojornal*".

Lei de Imprensa muda, mas ainda vai demorar

Da sucursal de
BRASÍLIA

O pedido da Associação Interamericana de Imprensa (SIP) ao presidente João Figueiredo para que revogue "todos os dispositivos jurídicos lesivos à liberdade de imprensa" ainda existentes no Brasil, embora de resultado duvidoso, está corretamente endereçado. Caberá ao presidente, também neste caso, decidir a oportunidade e a forma pela qual se dará a revisão da Lei de Imprensa e de outros dispositivos que pairam no arsenal jurídico do Planalto como "instrumentos legais" de controle do fluxo de informações e da livre circulação de idéias.

Revogar esses dispositivos, mesmo por determinação presidencial, representa um extenso e demorado processo, complicado pelo emaranhado legal que se criou nos últimos anos. Implica novas mudanças na Constituição, revogação, criação e aprovação de leis, decretos, códigos e até mesmo de simples portarias. A fila de emendas constitucionais é enorme e o processo legislativo lento.

O ritmo da abertura condiciona todo esse processo que, como se percebe pelos "balões de ensaio" e pelas inconfiáveis cumplices que vazam de importantes gabinetes, já teve início, também de forma "lenta, segura e gradual". As primeiras iniciativas práticas, no entanto, não passam de preocupações vinculadas ao plano de construção de "instituições democráticas ágeis, sólidas e flexíveis": um partido governista majoritário, uma oposição confiável e grupos radicais devidamente esterilizados e de expansão controlada.

Atingido este patamar do "Plano mestre", nada haverá a temer de eventuais "excessos", e, creem os estrategistas do Pla-

nalto, o clima político do País permitirá a existência de dispositivos constitucionais e legais que assegurem a plena liberdade de imprensa, "desde que responsáveis". Esperam muito mais: uma nova realidade social, econômica e política que aproxime o Brasil de padrões das potências democráticas do mundo. E, só quando o Brasil lá chegar, de preferência nas mesmas mãos em que se encontra ou na de seus herdeiros naturais, estará devidamente preparado para usufruir uma legislação mais liberal.

Entre as evidências de que o governo não está preparando para breve nenhuma modificação no setor, destaca-se o até recentemente parco conhecimento da legislação que regula a atividade dos meios de comunicação pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, coordenador político do governo e a quem seria atribuída a tarefa de revisão da legislação. Quando se viu às voltas com a necessidade de instrumentar a apreensão do Pasquim, no último dia 13, foi obrigado a um estudo intensivo da legislação e, dada a urgência do caso, terminou por

optar pela reprodução da mesma forma utilizada pelo seu antecessor, Petrólio Portella, quando este decidiu apreender o jornal Repórter, sob as mesmas alegações.

O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, já manifestou seu desagrado por determinados comportamentos da imprensa e preocupações em definir responsabilidades sobre notícias publicadas. O ex-ministro Petrólio Portella elocubrava no final do ano passado algumas formas práticas de se atribuir essas responsabilidades a jornalistas e de como puni-los. Antes de morrer, Portella chegou a fazer analogias entre a reforma da Lei de Segurança Nacional e a reforma que começava a delinear para a Lei de Imprensa. Pelo menos como exercício teórico, formulou oralmente um modelo pelo qual penas de detenção seriam substituídas por multas pecuniárias e ritos processuais rápidos. Um certo abrandamento das sanções para eliminar o constrangimento de juizes em aplicar as penas draconianas vigentes.

Petrônio Portella, quando determinou a apreensão do jornal O Repórter, disse que poderia ter-se baseado na Lei de Segurança Nacional. Preferiu, no entanto, a "legislação normal". O fato demonstra a validade da afirmativa da Associação Brasileira de Imprensa de que no Brasil, "na prática existe liberdade, apesar de continuarem vigentes leis que restringem esta mesma liberdade". Tudo continua dependendo da vontade política dos donos do poder.

Censura por vários métodos

Enquanto se achava em vigor, no Brasil, o ato institucional Nº 5, bastava ao presidente da República invocá-lo para determinar sobre a Imprensa a mais absoluta censura. E nenhum dos seus atos podia ser controlado pelo Poder Judiciário, "por mais violentos e arbitrários que fossem."

Essa afirmação, que o Ministério da Justiça, no governo Geisel, repetiu, para justificar a apreensão do jornal da Cúria Metropolitana de São Paulo, foi extraída da jurisprudência predominante no Supremo Tribunal Federal. Essa era a orientação imposta pela realidade jurídica brasileira a todos os juizes do País: os atos revolucionários, dentre eles a censura prévia a qualquer tipo de publicação, eram imunes a apreciação da Justiça.

De três instrumentos se valeu o arbítrio para silenciar os jornais, a televisão e o rádio. Na verdade, eles ainda subsistem. A Lei de Imprensa, promulgada em 9 de fevereiro de 1967, era suficientemente dura, no dizer dos juristas, para conter o ideal da imprensa livre. O governo fez pressão sobre o Congresso para obter as restrições que nela figuram, a pretexto de que "o conceito de liberdade implica o de responsabilidade". Toda vez que esse aforismo é usado pelos governantes, os profissionais no

sar dos desafios do patrono dos editores e da Ordem dos Advogados do Brasil, jamais chegou ao conhecimento público o despacho ratificado pelo ato do presidente, naquele dia 30.

A manobra deu certo. Diante dessa publicação, o Tribunal de Recursos foi obrigado a desdizer-se, e remeteu o processo, com o julgamento anulado, para o Supremo Tribunal.

O terceiro instrumento legal adotado pelo regime de exceção, e a Lei de Segurança Nacional, vigora ainda hoje, a exemplo do que sucede com a Lei de Imprensa. O Decreto-Lei 898 passou por uma triagem recente, por recomendação do próprio Superior Tribunal Militar, que o aplica, e com isso reduziu o peso das penas, mas não alivou os riscos dos profissionais que escrevem para a Imprensa ou dirigem jornais.

Ofender moralmente, por facciosismo ou inconformismo político-social, quem exerça autoridade, é crime punível com dois ou quatro anos de reclusão, mas o tempo de reclusão é acrescido de mais dois anos, se a ofensa é divulgada na imprensa.

A mesma sorte terá quem ferir a honra ou a dignidade do presidente da República, do vice-presidente, ou dos presiden-

Divulgar notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo contra as autoridades constituídas, é crime definido pela Lei de Segurança Nacional, passível de pena majorada, se cometido pela Imprensa. O rigor da legislação é ainda mais gritante pela subjetividade do conceito do que seja falso ou tendencioso, seja numa denúncia de interesse público, de difícil prova, seja por se conter num comentário de análise ou juízo. Houvesse tal dispositivo no Direito americano, jamais a opinião pública conheceria o escândalo do "Watergate".

A segurança nacional também pode ser invocada em processo contra jornalistas que publiquem matéria considerada passível de incitar a desobediência civil, a guerra, a subversão, animosidades entre as forças armadas, ou entre estas e as classe sociais, ou as instituições civis.

Conquanto a emenda constitucional Nº 7 haja extirpado da Carta de 1969 o autoritarismo do AI-5, a partir de 1º de janeiro de 1979, continuam pendentes sobre os jornais brasileiros os excessos da Lei de Segurança, a malsinada Lei de Imprensa e, até que o Judiciário proclame, o Decreto-Lei nº 1.077, a obra do qual se proi-

radicais evidentemente esterilizados e de expansão controlada.

Atingido este patamar do "Plano mestre", nada haverá a temer de eventuais "excessos", e, crêem os estrategistas do Pla-

Censura por vários métodos

Enquanto se achava em vigor, no Brasil, o ato institucional Nº 5, bastava ao presidente da República invocá-lo para determinar sobre a imprensa a mais absoluta censura. E nenhum dos seus atos podia ser controlado pelo Poder Judiciário, "por mais violentos e arbitrários que fossem."

Essa afirmação, que o Ministério da Justiça, no governo Geisel, repetiu, para justificar a apreensão do jornal da Cúria Metropolitana de São Paulo, foi extraída da jurisprudência predominante no Supremo Tribunal Federal. Essa era a orientação imposta pela realidade jurídica brasileira a todos os juizes do País: os atos revolucionários, dentre eles a censura prévia a qualquer tipo de publicação, eram imunes a apreciação da Justiça.

De três instrumentos se valeu o arbítrio para silenciar os jornais, a televisão e o rádio. Na verdade, eles ainda subsistem. A Lei de Imprensa, promulgada em 9 de fevereiro de 1967, era suficientemente dura, no dizer dos juristas, para conter o ideal da imprensa livre. O governo fez pressão sobre o Congresso para obter as restrições que nela figuram, a pretexto de que "o conceito de liberdade implica o de responsabilidade". Toda vez que esse aforismo é usado pelos governantes, os profissionais no Direito riem e zombam. Isto pertence à sabedoria dos povos mais antigos e não pode ser proclamado como descoberta dos tempos atuais.

O Brasil, no governo do general Costa e Silva, entrou na era do ato Institucional Nº 5, com a cassação de mandatos, nova suspensão de direitos políticos e aposentadoria de juizes. A imprensa logo sofreu o aniquilamento do resquício de liberdade que, enfaticamente, a Constituição lhe garantia. Foi o ato Nº 5 que gerou o Decreto-Lei 1.077, responsável legal e definitivo pela oficialização da censura prévia à Imprensa. Este é o segundo instrumento do arbítrio.

Um caso marcou o ápice do exagero governamental contra os jornais, sob a égide Decreto-Lei 1077. O advogado Aduato Cardoso, ex-presidente da Câmara e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, impetrara mandado de segurança no Tribunal de Recursos para impedir que o semanário Opinião continuasse sofrendo censura prévia e apreensão. Defendendo-se, o general diretor do Departamento de Polícia Federal alegou que o presidente Garrastazu Médici determinara a censura, com base no ato institucional Nº 5. Mas como faltasse a prova de que a autorização partira do chefe do governo, o plenário do Tribunal concedeu o mandado.

No dia seguinte, o presidente da República fez publicar no Diário Oficial um despacho, ratificando o que proferira no dia 30 de março de 1971, na exposição de motivos 165-B, e com isso reiterava "a autorização ao Ministério da Justiça, para que, através do DPF, estabelecesse censura ao periódico Opinião. Até hoje, porém, ape-

revisã i. Quando se viu às voltas com a necessidade de instrumentar a apreensão do Pasquim, no último dia 13, foi obrigado a um estudo intensivo da legislação e, dada a urgência do caso, terminou por

sar dos desafios do patrono dos editores e da Ordem dos Advogados do Brasil, jamais chegou ao conhecimento público o despacho ratificado pelo ato do presidente, naquele dia 30.

A manobra deu certo. Diante dessa publicação, o Tribunal de Recursos foi obrigado a desdizer-se, e remeteu o processo, com o julgamento anulado, para o Supremo Tribunal.

O terceiro instrumento legal adotado pelo regime de exceção, e a Lei de Segurança Nacional, vigora ainda hoje, a exemplo do que sucede com a Lei de Imprensa. O Decreto-Lei 898 passou por uma triagem recente, por recomendação do próprio Superior Tribunal Militar, que o aplica, e com isso reduziu o peso das penas, mas não alivou os riscos dos profissionais que escrevem para a Imprensa ou dirigem jornais.

Ofender moralmente, por facciosismo ou inconformismo político-social, quem exerça autoridade, é crime punível com dois ou quatro anos de reclusão, mas o tempo de reclusão é acrescido de mais dois anos, se a ofensa é divulgada na imprensa.

A mesma sorte terá quem ferir a honra ou a dignidade do presidente da República, do vice-presidente, ou dos presidentes do Senado e da Câmara, dos ministros, governadores de Estado e do Distrito Federal. Conquanto não se possa reclamar a ofensa como o direito, alegam os juristas que a matéria poderia ficar restrita aos conceitos de injúria, calúnia e difamação empregados pela Lei de Imprensa.

Nos dois últimos, fica ressalvado ao responsável pela publicação o direito de provar a verdade do que escreveu ou transcreveu. Ainda assim, esse direito desaparece, se o ofendido é o presidente de um dos três poderes da República, ministro do Supremo Tribunal chefe de Estado ou de governo estrangeiro, ou ainda seu representante diplomático.

que no Brasil, "na prática existe liberdade, apesar de continuarem vigentes leis que restringem esta mesma liberdade". Tudo continua dependendo da vontade política dos donos do poder.

Divulgar notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo contra as autoridades constituídas, é crime definido pela Lei de Segurança Nacional, passível de pena majorada, se cometido pela Imprensa. O rigor da legislação é ainda mais gritante pela subjetividade do conceito do que seja falso ou tendencioso, seja numa denúncia de interesse público, de difícil prova, seja por se conter num comentário de análise ou juízo. Houvesse tal dispositivo no Direito americano, jamais a opinião pública conheceria o escândalo do "Watergate"...

A segurança nacional também pode ser invocada em processo contra jornalistas que publiquem matéria considerada passível de incitar a desobediência civil, a guerra, a subversão, animosidades entre as forças armadas, ou entre estas e as classes sociais, ou as instituições civis.

Conquanto a emenda constitucional Nº 7 haja extirpado da Carta de 1969 o autoritarismo do AI-5, a partir de 1º de janeiro de 1979, continuam pendentes sobre os jornais brasileiros os excessos da Lei de Segurança, a maisnada Lei de Imprensa e, até que o Judiciário proclame, o Decreto-Lei nº 1.077, a sombra do qual se proibiu a circulação de edições dos semanários Opinião, Argumento, Movimento e O São Paulo, com o mudo consentimento do Supremo Tribunal Federal.

A apreensão do Pasquim, na quinzena que passou, inaugurou um ciclo perigoso de censura, a que se faz em nome da "moral e dos bons costumes". Sobre a legalidade desse ato dirá, em breve, o Tribunal Federal de Recursos. Enquanto isso, resplandece no corpo da Constituição Brasileira o preceito de que é livre a manifestação de pensamento, respondendo "cada um", nos termos da lei, pelos abusos que cometer...

(G.M.)

RAB1

Lei de Imprensa é inoperante e deverá mudar, diz Farhat

RIO (Sucursal) — O ministro da Comunicação Social, Said Farhat, declarou ontem, em palestra na Escola Superior de Guerra, que a Lei de Imprensa deverá ser reformada, surgindo em seu lugar uma "lei de responsabilidades", a fim de tornar efetiva a reparação de danos morais e a publicação de retificações, entre outras coisas.

Farhat, que falou sobre "Política de Comunicação Social e Opinião Pública no Brasil", informou que a reforma da Lei de Imprensa vem sendo tratada em Brasília, mas não com urgência e que, apesar de o governo Figueiredo haver recebido do governo Geisel um projeto nesse sentido, este ainda não foi concluído, no âmbito do Ministério da Justiça.

Para ele, é necessária uma "lei de responsabilidades", porque a Lei de Imprensa não tem sido eficaz na reparação de danos morais, lembrando que houve uma única condenação nesse sentido em toda a história da Lei de Imprensa. Em entrevista coletiva à imprensa após a palestra, Farhat se referiu ao caso do jornal "Hora do Povo", que publicou "uma lista sem qualquer prova" de personalidades do governo que teriam depósitos de 14 bilhões de dólares na Suíça. "Se houvesse esta quantia, o País seria extremamente rico, o que não acontece. Portanto, é caluniosa a matéria."

Farhat acrescentou que a Lei de Imprensa também não possibilita obter-se uma retificação efetiva de informações falsas. Citou como exemplo matéria publicada num jornal, que não identificou, afirmando terem os presidentes Figueiredo e Jorge Videla, da Argentina, tratado de assuntos internos de outros países na recente visita de Figueiredo a Buenos Aires.

"Ora, os presidentes Figueiredo e Videla almoçaram sozinhos e não trataram desses assuntos. A notícia foi desmentida, mas o jornal o que fez? Publicou outra matéria afirmando que, conforme se esperava, a notícia foi desmentida", isto é, dando ainda como certa uma notícia falsa", salientou o ministro.

Na palestra, Farhat declarou que "a liberdade de difusão de idéias não pode exercer-se contra o bem da sociedade como um todo" e sustentou que "os meios de comunicação frequentemente se engajam em posições políticas e doutrinárias alheias ou contrárias às posições de seus proprietários". Observou que a Constituição prevê restrições aos abusos dos direitos individuais, como uma forma de defesa preventiva da sociedade contra os que pretendem subvertê-la ou destruí-la. "No Brasil — continuou —, costuma-se protestar quando essas defesas constitucionais são acionadas, o que não ocorre com frequência, mas a democracia é o regime em que deve imperar a lei e é tão democrático assegurar os direitos como coibir os abusos".

Ao afirmar que os meios de comunicação publicam coisas contrárias às convicções de seus proprietários, Said Farhat explicou que, com exceções, as empresas têm pouco controle do que se publica em seus veículos, atribuindo tal falta de controle ao próprio processo de comunicação, cuja complexidade, segundo ele, dificulta controlar mais a informação. Segundo o ministro, essa dificuldade de controle faz com que os escalões secundários acabem com maior poder sobre o que se vai publicar, já que o diretor do jornal ou o dono da cadeia de TV não pode ver tudo o que sai e menos ainda checar as informações



O ministro da Secom defende criação de uma "lei de responsabilidades".

"Não há democracia sem imprensa livre"

Da Sucursal

"Não haverá democracia sem o exercício permanente da crítica jornalística, mesmo que viva, mas responsável nos termos da lei" — declarou o presidente Figueiredo, em entrevista publicada ontem pela revista argentina "Gente" e divulgada pelo Palácio do Planalto.

Indagado se o "tom pró-esquerda que se observa nos meios de comunicação" brasileiros não representaria um "risco perigoso", Figueiredo respondeu que "o Brasil pretende ser uma sociedade aberta, democrática, com vigor pluralista e plenitude das liberdades políticas. Um elemento essencial neste processo é a liberdade de imprensa, que deve ser reflexo do pluralismo da sociedade. Não creio que a diversidade de manifestações nos meios de comunicação seja um risco; ao contrário, penso que é uma tendência positiva e sinal claro do dinamismo da democracia brasileira".

Instado a se definir, Figueiredo disse estar na política "agora, apenas em decorrência do cargo que ocupo. Mas entendo que a política deve ser exercida tendo em vista, essencialmente o benefício da Nação; não a aceito em proveito de grupos, facções ou regiões. Filosoficamente, sou um pragmático, nos limites da lei e da moral. No campo econômico, defendo a livre empresa até o ponto em que a liberdade de iniciativa possa prejudicar a Nação".

Figueiredo ainda reiterou que "nem mesmo as dificuldades econômicas" o desviarão do propósito de "consolidar a democracia no Brasil. Pensamos até que a abertura, com a difusão da responsabilidade e o aumento da participação, pode ser fator importante para o enfrentamento das dificuldades econômicas em que vivemos".

EIXO

O Presidente garantiu, por outro lado, que "o Brasil nunca pretendeu exercer qualquer tipo de liderança na América Latina" e que tampouco pensa em "eixos" ou relacionamentos ex-

cludentes com outros países do Continente.

Em relação aos Estados Unidos, "não praticamos uma política de alinhamentos automáticos, conservamos nosso direito de tomar iniciativas próprias, de concordar e discordar" — comentou.

De outro lado, Figueiredo disse que o governo continua examinando a questão da abertura do escritório palestino, que o governo reconhece a OLP como legítima representante do povo palestino e lembrou que "no escritório da Liga dos Estados Arabes há um funcionário dessa organização intergovernamental regional, que trata de assuntos palestinos" (referindo-se a Farid Sawan).

Por último, o Presidente disse que o Brasil tem uma dívida externa "perfeitamente manejável e, no fundo, um sinal expressivo do próprio desenvolvimento econômico nacional. Em termos numéricos, devem ser comparados os números da dívida com as grandezas globais da economia brasileira e, aí, sim ter-se-á uma medida mais concreta e realista do que significa a dívida brasileira".

Segundo Figueiredo, o governo pensa fazer frente à dívida através da manutenção de uma alta taxa de expansão de exportações; da substituição de alguns produtos que oneram pesadamente a nossa balança de importações e da manutenção da "confiança internacional, especialmente junto à comunidade financeira internacional".

SOLENIDADE

Figueiredo comparecerá dia 26 próximo à solenidade de comemoração do Dia Nacional da Argentina, na embaixada argentina em Brasília. Como a data nacional do país vizinho (dia 25) cai num domingo, a cerimônia será na segunda-feira.

Também no dia 29, o Presidente visitará na cidade-satélite de Taguatinga, uma usina de leite de soja, e, dia 31, Figueiredo estará em Goiânia, para a abertura da 35.ª Exposição Agropecuária.

Da Sucursal

tremamente rico, o que não acontece. Portanto, é caluniosa a matéria."

Farhat acrescentou que a Lei de Imprensa também não possibilita obter-se uma retificação efetiva de informações falsas. Citou como exemplo matéria publicada num jornal, que não identificou, afirmando terem os presidentes Figueiredo e Jorge Videla, da Argentina, tratado de assuntos internos de outros países na recente visita de Figueiredo a Buenos Aires.

"Ora, os presidentes Figueiredo e Videla almoçaram sozinhos e não trataram desses assuntos. A notícia foi desmentida, mas o jornal o que fez? Publicou outra matéria afirmando que, 'conforme se esperava, a notícia foi desmentida', isto é, dando ainda como certa uma notícia falsa", salientou o ministro.

Na palestra, Farhat declarou que "a liberdade de difusão de idéias não pode exercer-se contra o bem da sociedade como um todo" e sustentou que "os meios de comunicação frequentemente se engajam em posições políticas e doutrinárias alheias ou contrárias às posições de seus proprietários". Observou que a Constituição prevê restrições aos abusos dos direitos individuais, como uma forma de defesa preventiva da sociedade contra os que pretendem subvertê-la ou destruí-la. "No Brasil — continuou —, costuma-se protestar quando essas defesas constitucionais são acionadas, o que não ocorre com frequência, mas a democracia é o regime em que deve imperar a lei e é tão democrático assegurar os direitos como coibir os abusos".

Ao afirmar que os meios de comunicação publicam coisas contrárias às convicções de seus proprietários, Said Farhat explicou que, com exceções, as empresas têm pouco controle do que se publica em seus veículos, atribuindo tal falta de controle ao próprio processo de comunicação, cuja complexidade, segundo ele, dificulta controlar mais a informação. Segundo o ministro, essa dificuldade de controle faz com que os escalões secundários acabem com maior poder sobre o que se vai publicar, já que o diretor do jornal ou o dono da cadeia de TV não pode ver tudo o que sai e menos ainda checar as informações que recebe e que vão ser publicadas, dada a multiplicidade das fontes. "Além disso, as informações de agências se espalham pelo País sem verificação profunda de suas fontes, o que muitas vezes contribui para a deformação da notícia."

Farhat afirmou ainda que, às vezes, até editoriais, e não só artigos assinados e matérias, são contrários às convicções dos proprietários.

Indagado na entrevista, sobre a autocensura, Farhat disse que, em certos casos, "o que se verifica é a boa disposição dos chefes das empresas em estarem conscientes de suas responsabilidades. Uma coisa é notícia, outra é a exploração do exagero, que evitado deve ser considerado como uma boa autocensura. A que deve ser condenada é aquela que vem da timidez de informar, da atitude timorata", frisou.

Sobre o pedido da OAB de suspensão da Lei de Segurança Nacional, feito na conferência da entidade em Manaus, o ministro disse que a LSN, como toda legislação, pode ser revista por iniciativa tanto do Executivo quanto do Legislativo. Acrescentou que o Planalto recebe com atenção qualquer sugestão da Ordem dos Advogados do Brasil, mas a idéia de uma Constituinte está completamente fora dos planos do governo.

Disse que a fórmula de permitir que as comissões provisórias municipais dos partidos escolham os candidatos a vereador e prefeito, para viabilizar as eleições municipais de 15 de novembro, não é mais democrática do que a prorrogação ou a intervenção. Segundo ele, essa fórmula esconde o fato de que seriam apenas três pessoas a escolherem os candidatos, um número muito pequeno para ser democrático.

"Não haverá democracia sem o exercício permanente da crítica jornalística, mesmo que viva, mas responsável nos termos da lei" — declarou o presidente Figueiredo, em entrevista publicada ontem pela revista argentina "Gente" e divulgada pelo Palácio do Planalto.

Indagado se o "tom pró-esquerda que se observa nos meios de comunicação" brasileiros não representaria um "risco perigoso", Figueiredo respondeu que "o Brasil pretende ser uma sociedade aberta, democrática, com vigor pluralista e plenitude das liberdades políticas. Um elemento essencial neste processo é a liberdade de imprensa, que deve ser reflexo do pluralismo da sociedade. Não creio que a diversidade de manifestações nos meios de comunicações seja um risco; ao contrário, penso que é uma tendência positiva e sinal claro do dinamismo da democracia brasileira".

Instado a se definir, Figueiredo disse estar na política "agora, apenas em decorrência do cargo que ocupo. Mas entendo que a política deve ser exercida tendo em vista, essencialmente o benefício da Nação; não a aceito em proveito de grupos, facções ou regiões. Filosoficamente, sou um pragmático, nos limites da lei e da moral. No campo econômico, defendo a livre empresa até o ponto em que a liberdade de iniciativa possa prejudicar a Nação".

Figueiredo ainda reiterou que "nem mesmo as dificuldades econômicas" o desviarão do propósito de "consolidar a democracia no Brasil. Pensamos até que a abertura, com a difusão da responsabilidade e o aumento da participação, pode ser fator importante para o enfrentamento das dificuldades econômicas em que vivemos".

EIXO

O Presidente garantiu, por outro lado, que "o Brasil nunca pretendeu exercer qualquer tipo de liderança na América Latina" e que tampouco pensa em "eixos" ou relacionamentos ex-

cludentes com outros países do Continente.

Em relação aos Estados Unidos, "não praticamos uma política de alinhamentos automáticos, conservamos nosso direito de tomar iniciativas próprias, de concordar e discordar" — comentou.

De outro lado, Figueiredo disse que o governo continua examinando a questão da abertura do escritório palestino, que o governo reconhece a OLP como legítima representante do povo palestino e lembrou que "no escritório da Liga dos Estados Arabes há um funcionário dessa organização intergovernamental regional, que trata de assuntos palestinos" (referindo-se a Farid Sawan).

Por último, o Presidente disse que o Brasil tem uma dívida externa "perfeitamente manejável e, no fundo, um sinal expressivo do próprio desenvolvimento econômico nacional. Em termos numéricos, devem ser comparados os números da dívida com as grandezas globais da economia brasileira e, aí, sim ter-se-á uma medida mais concreta e realista do que significa a dívida brasileira".

Segundo Figueiredo, o governo pensa fazer frente à dívida através da manutenção de uma alta taxa de expansão de exportações; da substituição de alguns produtos que oneram pesadamente a nossa balança de importações e da manutenção da "confiança internacional, especialmente junto à comunidade financeira internacional".

SOLEINIDADE

Figueiredo comparecerá dia 26 próximo à solenidade de comemoração do Dia Nacional da Argentina, na embaixada argentina em Brasília. Como a data nacional do país vizinho (dia 25) cai num domingo, a cerimônia será na segunda-feira.

Também no dia 29, o Presidente visitará na cidade-satélite de Taguatinga, uma usina de leite de soja, e, dia 31, Figueiredo estará em Goiânia, para a abertura da 35.ª Exposição Agropecuária.

Contra a nova Lei de Imprensa

Data: 03/06/80 Estado PR

"A Lei de Imprensa, julgamos nós profissionais, é dispensável num país democrático, já que temos o Código Penal. O melhor seria que ela não existisse. Mas se ela tem que existir, se não temos nós ainda de atingir o ideal, que em qualquer tentativa de modificá-la, que o Governo tenha a prudência e sobretudo a sabedoria para ouvir as partes interessadas".

É assim que o presidente da Federação Nacional de Jornalistas, Ayrton Baptista analisa a possibilidade de uma nova lei de imprensa, a chamada "de responsabilidade", vir a reger as atividades de imprensa. Ele salienta, que "se há um processo de abertura política deve-se acreditar que este diálogo venha a ocorrer, sob pena de que o próprio Governo manifeste-se incoerente quando fala de abertura democrática".

Observa ainda que "o Brasil de hoje certamente não é o de 10 anos atrás, pois há consciência em todas as classes sociais e categorias profissionais, e assim, como não se espera um retrocesso, deve-se entender que este caminho de debate sobre a lei de imprensa venha a ocorrer".

Ayrton Baptista afirma ainda, que "no momento oportuno, nós faremos chegar até às autoridades competentes novamente a posição da Federação. Não sei se isto está claro ou não mas o que quero dizer é que irei ao ministro da Justiça ou ao presidente Figueiredo, como já fui antes ao ex-presidente Geisel e como já estive com o falecido ministro Petrônio Portella, para reafirmar nossa posição sobre a liberdade de imprensa".

TEMA DE CONGRESSO

Esta posição da Federação de Jornalistas, pela irrestrita liberdade de imprensa, que já é conhecida pelo Palácio do Planalto e pelo ministro da Justiça, será mais uma vez debatida e reafirmada no Congresso Nacional de Jornalistas, que acontecerá em agosto, na Capital Federal.

O tema da liberdade de imprensa tem sido nos últimos congressos sempre a matéria principal, "sem relegar, obviamente, os aspectos de mercado de trabalho, regulamentação da profissão, fiscalização da regulamentação, melhor aplicabilidade", segundo o presidente da Federação. Só não é revista, no entanto "a nossa posição de absoluta liberdade de imprensa para o exercício profissional, pois nós nos consideramos legítimos elos de ligação entre os reclamamos da sociedade e as fontes do Poder", acrescenta o presidente da Federação.

Segundo Ayrton Baptista não se pode admitir que uma lei, chamada "de responsabilidade" venha a opor ainda mais o trabalho do profissional, partindo do pressuposto que a função do jornal é informar, como do advogado é advogar, do médico é clinicar, todos com o mesmo grau de responsabilidade perante as comunidades. Querer portanto, penalizar ainda mais o trabalho do profissional é um absurdo".



Ayrton Baptista

foto: Antonio Fialla

BODE EXPIATÓRIO

"Chega de se colocar o jornalista como bode expiatório de todos os problemas que surgem, querer nos dar uma imagem de poder que na realidade não temos. Não somos nós que criamos a violência, nós apenas a retratamos. Não somos nós que formamos as guerrilhas, que invadimos as terras dos lavradores e, evidentemente não seríamos nós que iríamos ferir a segurança nacional". Segundo o representante da Federação de Jornalistas é esta imagem distorcida que tem sido criada em torno do profissional de imprensa, que faz com que dispositivos arbitrários surjam para coagir ou proibir.

É diante dessa crença de um suprapoder da imprensa, que as coisas se complicam, "pois aí não basta ao Governo uma Lei de Segurança Nacional, com os seus dispositivos arbitrários, superam uma Lei de Imprensa já bastante drástica, que ao invés de caracterizar a liberdade de informação foi feita contra os meios de comunicação e os profissionais. Segundo Ayrton Baptista há necessidade, se realmente se pretende uma redemocratização plena, revogar tanto uma como a outra.

Finalizando ele fala da importância de neste momento, em que mais um mecanismo de restrições se articula, a classe se manter unida e firme, e sobretudo os dirigentes de empresa, de comunicação, dos parlamentares, dos políticos de um modo geral lutarem pela liberdade de imprensa, e queira Deus que este Governo venha a entender que a liberdade de imprensa é um instrumento a seu favor e não contra, quando aponta as distorções, injustiças e violências que possam estar passando despercebidas".

Jornalista contra a nova Lei de Imprensa

03 06/80 Estado PR

"A Lei de Imprensa, julgamos nós profissionais, é dispensável num país democrático, já que temos o Código Penal. O melhor seria que ela não existisse. Mas se ela tem que existir, se não temos nós ainda de atingir o ideal, que em qualquer tentativa de modificá-la, que o Governo tenha a prudência e sobretudo a sabedoria para ouvir as partes interessadas".

É assim que o presidente da Federação Nacional de Jornalistas, Ayrton Baptista analisa a possibilidade de uma nova lei de imprensa, a chamada "de responsabilidade", vir a reger as atividades de imprensa. Ele salienta, que "se há um processo de abertura política deve-se acreditar que este diálogo venha a ocorrer, sob pena de que o próprio Governo manifeste-se incoerente quando fala de abertura democrática".

Observa ainda que "o Brasil de hoje certamente não é o de 10 anos atrás, pois há consciência em todas as classes sociais e categorias profissionais, e assim, como não se espera um retrocesso, deve-se entender que este caminho de debate sobre a lei de imprensa venha a ocorrer".

Ayrton Baptista afirma ainda, que "no momento oportuno, nós faremos chegar até às autoridades competentes novamente a posição da Federação. Não sei se isto está claro ou não mas o que quero dizer é que irei ao ministro da Justiça ou ao presidente Figueiredo, como já fui antes ao ex-presidente Geisel e como já estive com o falecido ministro Petrônio Portella, para reafirmar nossa posição sobre a liberdade de imprensa".

TEMA DE CONGRESSO

Esta posição da Federação de Jornalistas, pela irrestrita liberdade de imprensa, que já é conhecida pelo Palácio do Planalto e pelo ministro da Justiça, será mais uma vez debatida e reafirmada no Congresso Nacional de Jornalistas, que acontecerá em agosto, na Capital Federal.

O tema da liberdade de imprensa tem sido nos últimos congressos sempre a matéria principal, "sem relegar, obviamente, os aspectos de mercado de trabalho, regulamentação da profissão, fiscalização da regulamentação, melhor aplicabilidade", segundo o presidente da Federação. Só não é revista, no entanto "a nossa posição de absoluta liberdade de imprensa para o exercício profissional, pois nós nos consideramos legítimos elos de ligação entre os reclamos da sociedade e as fontes do Poder", acrescenta o presidente da Federação.

Segundo Ayrton Baptista não se pode admitir que uma lei, chamada "de responsabilidade" venha a oprimir ainda mais o trabalho do profissional, partindo do pressuposto que a função do jornal é informar, como do advogado é advogar, do médico é clinicar, todos com o mesmo grau de responsabilidade perante as comunidades. Querer portanto, penalizar ainda mais o trabalho do profissional é um absurdo".



foto: Antonio

Ayrton Baptista

BODE EXPIATÓRIO

"Chega de se colocar o jornal como bode expiatório de todos os problemas que surgem, querer dar uma imagem de poder que realidade não temos. Não somos que criamos a violência, nós apenas retratamos. Não somos nós quem matamos as guerrilhas, que invadiram as terras dos lavradores e, evidentemente não seríamos nós que iríamos ferir a segurança nacional". Segundo o representante da Federação de Jornalistas é esta imagem distorcida que tem sido criada em torno do profissional de imprensa, que faz com que dispositivos arbitrários surjam para coagir ou proibir.

É diante dessa crença de um suprapoder da imprensa, que as coisas se complicam, "pois aí não basta ao Governo uma Lei de Segurança Nacional, com os seus dispositivos arbitrários, superam uma Lei de Imprensa já bastante drástica, que ao invés de caracterizar a liberdade de informação foi feita contra os meios de comunicação e os profissionais. Segundo Ayrton Baptista há necessidade, se realmente se pretende uma redemocratização plena, revogar tanto uma como a outra.

Finalizando ele fala da importância de neste momento, em que mais um mecanismo de restrições se articula, a classe se manter unida e firme, e "sobretudo os dirigentes de empresa, de comunicação, dos parlamentares, dos políticos de um modo geral lutarem pela liberdade de imprensa, e queira Deus que este Governo venha a entender que a liberdade de imprensa é um instrumento a seu favor e não contra, quando aponta as distorções, injustiças e violências que possam estar passando despercebidas".

ABI fará relato dos atos contra imprensa

Da sucursal do RIO

Aprensões de jornais, invasões de redações, processos contra jornalistas e agressões de todo tipo contra profissionais de imprensa marcaram os últimos 15 meses, segundo levantamento da Associação Brasileira de Imprensa para divulgação no Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, em ato programado para as 18 horas de terça-feira próxima, em seu auditório.

Além da condenação dessas violências, o ato será uma manifestação contra a projetada revisão da Lei de Imprensa, definida pelo presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, como uma tentativa de restrição do direito de informação e opinião, já que, como observou, "toda vez que se fala em modificar a Lei de Imprensa é para limitar a atividade dos jornalistas, e não para favorecê-la".

Na comemoração, falarão o presidente do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes; Júlio Cesar Ferreira de Mesquita de O Estado de S. Paulo e diretor da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP); Zivaldo Alves Pinto, diretor do Pasquim; o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio, Carlos Alberto Oliveira e o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho.

O levantamento efetuado pela ABI revela que as violências contra jornais e jornalistas cresceram a partir de abril passado, quando O Estado de S. Paulo divulgou um trabalho do Centro de Informações do Exército que definia a estratégia a ser utilizada para restringir a liberdade de imprensa e expunha as medidas que com esse fim seriam adotadas a curto, médio e longo prazo. Segundo o estudo, a ação se

voltaria contra a imprensa alternativa, com medidas de caráter fiscal que poderiam culminar com o cancelamento do registro de publicações, em caso de comprovação de débitos para com a Fazenda Nacional.

Menos de um mês após a divulgação do estudo, a 15 de maio, a redação do periódico *Versus*, em São Paulo, foi invadida por agentes do Dops, que apreenderam os livros contábeis da empresa. Pelo levantamento, os atentados e agressões a jornais e jornalistas se sucederam: a 8 de julho, a sucursal do jornal *Em Tempo* de Belo Horizonte foi invadida e depredada; o mensário *Repórter* de novembro foi apreendido 15 dias após sua chegada às bancas; e o mesmo acontecendo com a edição n° 559 do semanário *Pasquim* e de sucessivas edições do semanário *Hora do Povo*, a última delas no final de maio passado.

O relatório da comissão de defesa da liberdade de imprensa e direitos humanos da ABI registra a abertura de processos contra o jornal *Tribuna da Imprensa* e contra os jornalistas Helio Fernandes, diretor da publicação e Alaim Araújo, autor do artigo que deu origem à ação penal contra o mensário *Coojornal*, de Porto Alegre, e os jornalistas Rafael Guimarães, Rosvita Sauressig, Osmar Trindade e Elmar Bones da Costa, por iniciativa da VI divisão do III Exército, e contra o semanário *Hora do Povo*, por iniciativa do Ministério da Justiça.

O relatório registra, ainda, agressões sofridas por profissionais durante coberturas jornalísticas como as de que foram vítimas os jornalistas Olavo Rufino, fotógrafo da *Última Hora* do Rio e Carlos Santana, de *A Tarde*, de Salvador.

207

Reunião da ABI defende a liberdade de imprensa

Da sucursal do RIO

Com ênfase na necessidade de liberdade absoluta para a imprensa — fundamental para todas as demais liberdades — e referências de alguns oradores à legalidade não respeitada pelo atual governo — por causa da demolição do prédio da UNE (ver matéria na página 10) e da repressão policial —, a ABI comemorou ontem, em sessão pública na sua sede no Rio, o Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. A mesa de expositores contou com a presença do jornalista Júlio César Ferreira de Mesquita, de O Estado de S. Paulo, diretor da SIP e vice-presidente regional para o Brasil da Comissão de Informação e Expressão, do advogado Seabra Fagundes, presidente da OAB, de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI e representantes de Jornais alternativos, sindicatos e associações de classe.

O advogado Seabra Fagundes considerou muito significativo que

no dia da comemoração da liberdade de imprensa e em plena época de abertura, vários estudantes tivessem sido presos na porta da UNE, políticos fossem agredidos e o governo reiterasse seu descumprimento à ordem judicial que proibia a demolição do prédio.

"Na verdade - disse o presidente da OAB - Mão existe liberdade e sim tolerância. Que espécie de legalidade é essa, que só existe para defender os interesses do Estado? Vivemos num regime ditatorial travestido de democrático e infelizmente o campo não é fértil para plantar liberdade".

O presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, lembrou a frase de Júlio de Mesquita Filho — "quando desaparece a Liberdade de Imprensa, as demais não podem sobreviver" — e considerou-a importante para mostrar que esta liberdade é tão importante para a imprensa quanto para a sociedade:

"A liberdade de imprensa é um troféu de batalhas difíceis. Se só houvesse jornalistas a favor de pes-

soas e fatos tudo seria um mar de rosas, mas o que seria da imprensa e de sua função fiscalizadora? Nem sempre é possível noticiar-se apenas fatos positivos."

O presidente da ABI destacou a necessidade de mobilização de toda a imprensa para a preservação da liberdade, pois "somente assim o opressor se convencerá da inutilidade da repressão", e lembrou, também, que toda a referência à "liberdade com responsabilidade" se torna suspeita porque pressupõe a intervenção de uma outra força reguladora de suas atividades:

"Estatísticas já mostraram que menos de 5% das matérias consideradas sigilosas na verdade nada têm de confidenciais, e que num país como os Estados Unidos os jornalistas, mesmo ameaçados em algumas ocasiões, sabem quando a informação pode comprometer a segurança nacional. O importante, em todos os casos, é que se preserve o segredo das fontes, um direito já adquirido e reconhecido em outras categorias profissionais".

"Tradição é identidade preservada"

É a seguinte a íntegra do pronunciamento do jornalista Julio Cesar Ferreira de Mesquita na sessão da ABI:

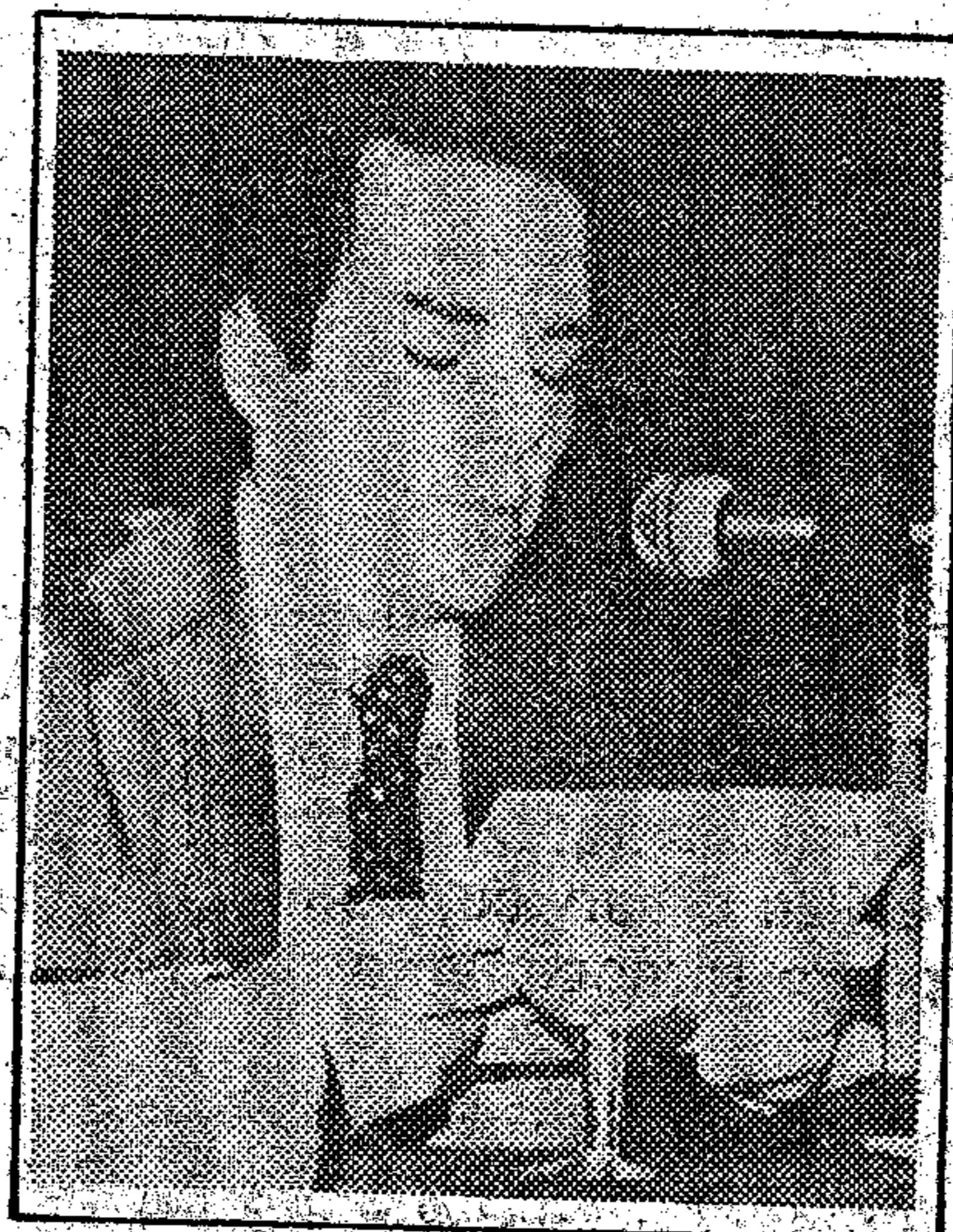
"Acredito estar na expectativa de todos fale eu aqui menos por minha experiência direta como jornalista que pela tradição incorporada à minha formação pessoal e profissional — esta, ainda em curso, não me nego a admitir. Se real, essa expectativa me deixa também mais à vontade, de vez que me repugna a afetação de falar com a maestria que a idade ainda não me permite, ou a vanglória de me dar como detentor e herdeiro de um patrimônio que é de muitos e síntese de mais de um século de vida de O Estado de S. Paulo.

Uma observação inicial sobre tradição. Para muitos, tradição é memória, apego ao passado, fetiche cultural. Para mim, tradição é identidade preservada ao longo dos tempos, de maneira a nos incutir segurança para o presente e a nos inspirar arrojo para os projetos futuros. É assim que também entendem a tradição, parece-me, os que batalham atualmente pela preservação da memória nacional. Tivéssemos-la preservada como convém, teria sido bem menos árdua a luta contra as ambivalências do presente, e seríamos menos passivos e menos conformistas, face às constantes alterações em nosso meio socio-cultural, que a rotina de um jornal sempre reflete. Tradição para mim, portanto, é só a tradição viva, ou a posse em comum, através dos anos e das vicissitudes, do que se chama e se reconhece como verdade.

Sendo assim, concordaria prazerosamente com os que rotulam O Estado de S. Paulo de tradicional. Tradicional, sim, mas não conservador e muito menos passadista; tradicional, sim, no sentido de uma coerência sustentada, jamais surpreendendo e sobretudo confundindo nosso público leitor. Somos o "jornalão" por excelência, como alguns costumam dizer aqui, precisamente por acumulação dessa continuidade vital.

Mas, falando numa tradição de liberdade, quero reportar-me ao primeiro marco de minha formação, que pode ser resumido na frase de meu avô, Júlio de Mesquita Filho: "...Quando desaparece a liberdade de imprensa, as demais não podem sobreviver". Já Milton, no famoso discurso ao Parlamento inglês (1644) "pela liberdade de imprimir sem submissão a uma censura prévia" vinculava a capacidade humana de se exprimir com o direito a imprimir. Percebeu Milton que a imprensa não foi o resultado de uma revolução técnica, a invenção dos tipos móveis por Gutenberg; ela foi muito mais fruto de uma revolução cultural, a revolução liberal que impreg-

nou a revolução técnica e a fez expandir-se: "o impresso não é jamais uma coisa morte" — dizia Milton —; "ele leva em si um vigor de vida tão ativo quanto o espírito que o produziu". De sorte que, concluiu, censurar um impresso é mais que um homicídio; é matar a razão que no impresso se condensa em propósito to a life beyond life (com a finalidade de ser uma vida depois da vida). E sem a liberdade de se exprimir, atrofia-se a própria liberdade de pensar, de vez que pensamos remetendo-nos a conceitos, palavras, emoções; pensamos sempre desdobrando-nos num interlocutor. E o que resta da liberdade de associação sem a liberdade de imprensa, de manifestação e de pensamento? Transforma-se em liberdade para promover uma associação muda e de mudos.



Um segundo marco, nessa tradição foi o prêmio recebido por meu pai, a "Pena de Ouro da Liberdade", outorgada pela Federação Internacional de Editores de Jornais — Fiej —, em março de 1974, quando O Estado ainda se encontrava tão vigiado pela censura prévia, que até a citação dos motivos que determinaram a concessão do prêmio foi vetada. E aí, justiça se lhes faça, os censores foram, pelo menos uma vez, inteligentes: todos os motivos falavam mal deles: — "Mesquita não aceita a autocensura e, por ocasião das assembleias da SIP, relata escrupulosamente as medidas governamentais tendentes a controlar ou intimidar a imprensa"; Júlio de Mesquita Neto merecia o prêmio "pelo combate notório pela liberdade em seu país e contra a censura e a

opressão"; "Mesquita Neto deu provas de coragem e independência jornalísticas correndo muitas vezes riscos consideráveis". Nem bem nos chegara essa notícia, meu pai estava de novo às voltas com a mesma luta: naqueles dias teve de enviar telegrama de protesto ao ministro Alfredo Buzaid, que dera como já livre o chefe da Sucursal do Recife de O Estado, Carlos Garcia, ainda preso arbitrariamente no IV Exército, onde foi torturado, na tentativa de forçá-lo a denunciar a existência de uma célula comunista de que jamais ouvira falar. Naturalmente, no lugar da publicação do telegrama, entrou nosso colaborador morto há quatro séculos, Luís de Camões.

Assim formado, o que lhes poderia dizer agora, quando nossa "abertura" política, ao invés de ter a coragem de revogar o Decreto-lei 1.077, que acabou institucionalizando a censura prévia, ou o artigo 50 da atual Lei de Segurança Nacional, que faz do ministro da Justiça editor-chefe de todos os jornais, revistas e publicações do Brasil, sat-nos com um anúncio de uma "lei de responsabilidades" que até pelo título é uma afronta à inteligência?

Posso resumir-lo em algumas considerações bastante simples:

a) Uma "lei de responsabilidades", ou é ignorância de qualquer Direito Penal, que, relacionado pena e culpa, já pressupõe inerente ao exercício da liberdade a responsabilidade — para o jornalista como para qualquer outro que não for incapaz e inimputável pela idade, por deficiência mental ou por violenta defasagem cultural; ou então simples desonestidade e falta de lealdade de um governo que não quer confessar o que efetivamente é: avesso ao exercício da liberdade como um direito. Depois da brecha inventada pelo prof. Buzaid, a da "verificação prévia", a "lei de responsabilidades" precontizada pelo sr. Said Fahrat — é dose para nenhum Goebbels botar defeito...

b) Se se quiser "fazer deste País uma democracia", que pelo menos se comece por reconhecer que uma sociedade pluralista é fatalmente uma sociedade de opiniões e, portanto, uma sociedade de imprensa com redações...

c) Por aí talvez cheguemos um dia ao oposto do clima ameaçador de hoje: proibir qualquer restrição à liberdade de imprensa, como se proíbe a discriminação racial, como se proíbe uma religião oficial. Como fizeram os Estados Unidos na Primeira Emenda à sua Constituição (não confundir com a Emenda nº 1 da nossa)".

JORNAL Folha São Paulo
P. PBI
Cat. 2288 ST

Presidente da ABI faz alerta a jornalistas

BRASÍLIA (Sucursal) — O 18.º Congresso Nacional dos Jornalistas foi aberto ontem em Brasília com a presença de mais de 600 inscritos, 124 dos quais da Capital Federal, pelo presidente do sindicato local, Carlos Castelo Branco, que chamou a atenção dos participantes para a importância do acontecimento "nesse momento histórico que vive a classe trabalhadora brasileira".

Durante a abertura do congresso, Castelo Branco leu mensagem do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, alertando para a "defesa intransigente da imprensa alternativa" e defendendo o espírito de união entre os participantes, "do qual nunca precisamos tanto como nesse momento em que enfrentamos tantas ameaças e perigos".

Dois temas deverão dominar os debates: o profissional, onde os congressistas deverão buscar formas de manter a expansão do mercado de trabalho, muito reduzido nos últimos anos em função da racionalização de custos pelas empresas e, em segundo, o problema da liberdade de informação, quando os jornalistas deverão "manifestar claramente seu repúdio aos atentados sofridos pela imprensa nos últimos anos e particularmente a atual escalada terrorista".

Para Carlos Alberto de Oliveira, presidente do Sindicato de Jornalistas do Rio de Janeiro, "neste instante em que há no País uma ofensiva contra a liberdade de imprensa e as atividades profissionais dos jornalistas, o congresso deverá encontrar forma de defesa das liberdades e do livre exercício profissional".

Hoje serão debatidos nas comissões os temas "Organização Sindical", "Condições de Trabalho", "Formação Profissional", a legislação que regulamenta o exercício da profissão, e "Liberdade de Imprensa e Controle da Informação."

JORNAL: <i>Tribuna do Povo</i>
<i>AB I</i>
Data <i>04/06/81</i> Estado <i>SP</i>

ABI denuncia dossiê contra os alternativos

RIO (Sucursal) — O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, afirmou ontem que “as medidas de repressão e intolerância contra a imprensa alternativa são mais prejudiciais do que qualquer inconveniente que esses jornais possam causar”. O comentário foi a respeito do dossiê que a Polícia Federal enviou à Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a ação terrorista. No dossiê, 13 jornais alternativos são acusados de “fomentar a luta de classes e a luta armada, denegrir a imagem do presidente da República e autoridades, apoiar movimentos grevistas, levar o povo contra as instituições e tentar dividir as Forças Armadas”.

Para o presidente da ABI, “a imprensa alternativa representa setores que têm tanto direito a publicidade quanto a a grande imprensa”.

AUDALIO

“É um relatório típico de um Estado Policial-Facista e obscurantista”, disse ontem em Brasília o vice-líder em exercício do PMDB, deputado Audálio Dantas (SP), ao comentar no plenário da Câmara o dossiê.

JORNAL:

Folha São Paulo

Nº ABI

Data 31/07/81 Estado SP

A ABI inicia campanha pelos 'não-anistiados'

RIO (Sucursal) — Foi lançada ontem na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) uma campanha pela aplicação da Lei da Anistia, com o objetivo de promover a volta ao trabalho dos "não-anistiados" — como disse o secretário geral da campanha, José Gomes Talarico — pelo governo Figueiredo e mesmo pelos governos anteriores. Explicou que existem pessoas que foram anistiadas em 1935 e ainda não recuperaram o direito de volta ao trabalho, ou obtenção de aposentadoria, em órgãos e empresas do governo.

A campanha tem como presidente de honra o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, que não pôde comparecer à instalação dos trabalhos ontem, porque no mesmo horário participava de uma outra reunião na Academia Brasileira de Letras. A campanha é uma iniciativa da Comissão de Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI.

Para a presidência da campanha "adotou-se a fórmula européia", explicou José Gomes Talarico, que consiste em considerar como presidentes os representantes de todas as entidades envolvidas. Assim, a campanha pela aplicação da Lei de Anistia tem 20 presidentes.

Os presidentes da campanha são os seguintes: Bernardo Cabral, Oto Eduardo Vizeu Gil, Austregésilo de Ataíde, d. Luciano Mendes de Almeida, Cândido Mendes Filho, Lisâneas Maciel, Iramala Benjamin, Regina S. Von der Weid, Iolanda Pires, Heloisa Lins, Hélio Silva, Washington Tadeu de Melo, Carlos de Oliveira Ramos, Carlos Alberto de Oliveira, Pompeu de Sousa, Eraldo Lirio Azeredo, Bayar Demaria Boiteaux, almirante Paulo Mário, general Peri Constant Bevilacqua e Oscar Niemeyer.